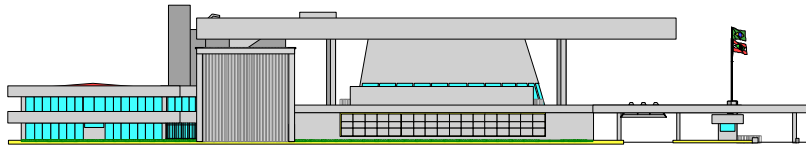


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVIII

FLORIANÓPOLIS, 25 DE MARÇO DE 1999

NÚMERO 4.609

14ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa

## MESA DIRETORA

Gilmar Knaesel  
**PRESIDENTE**

Heitor Sché  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Pedro Uczai  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Lício Silveira  
**1º SECRETÁRIO**

Romildo Titon  
**2º SECRETÁRIO**

Afonso Spaniol  
**3º SECRETÁRIO**

Adelor Vieira  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Paulo Bornhausen

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Ivan Ranzolin

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Herneus de Nadal

**PARTIDO DA FRENTE LIBERAL**  
Líder: Wilson Wan-Dall

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Francisco de Assis

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**

Líder: Jaime Mantelli

**PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**  
Líder: Sandro Tarzan

## COMISSÕES PERMANENTES

### CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Onofre Santo Agostini – Presidente  
Reno Caramori – Vice-Presidente  
Jaime Mantelli  
Nilson Gonçalves  
Jorginho Mello  
Herneus de Nadal  
Rogério Mendonça  
Ivan Ranzolin  
Francisco de Assis Nunes

### FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

João Rosa – Presidente  
Ivo Konell – Vice-Presidente  
Sandro Tarzan  
Wilson Wan-Dall  
Paulo Bornhausen  
Ronaldo Benedet  
Joares Ponticelli  
Valmir Comin  
Volnei Morastoni

### AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Gelson Sorgato – Presidente  
Neodi Saretta – Vice-Presidente  
Jaime Mantelli  
Onofre Agostini  
Moacir Sopelsa  
Nelson Goetten de Lima  
Milton Sander

### DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Ronaldo Benedet – Presidente  
Nilson Gonçalves – Vice-Presidente  
Onofre Santo Agostini  
João Rosa  
Narcizo Parisotto  
Odete do Nascimento  
Neodi Saretta

### TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Ciro Rosa – Presidente  
Manoel Mota – Vice-Presidente  
Altair Guidi  
João Itamar da Silveira  
Moacir Sopelsa  
Valmir Comin  
Francisco de Assis Nunes

### EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Joares Ponticelli – Presidente  
Ideli Salvatti – Vice-Presidente  
Paulo Bornhausen  
Cesar Souza  
João Itamar da Silveira  
Manoel Mota  
Milton Sander

### SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente  
Sandro Tarzan – Vice-Presidente  
Clésio Salvaro  
Ivo Konell  
Ronaldo Benedet  
Odete do Nascimento  
Joares Ponticelli

### TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Reno Caramori – Presidente  
Ideli Salvatti – Vice-Presidente  
Clésio Salvaro  
Rogério Mendonça  
Luiz Roberto Herbst  
Wilson Wan-Dall  
Nelson Goetten de Lima

### FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Jaime Mantelli – Presidente  
Valmir Comin – Vice-Presidente  
Clésio Salvaro  
Narciso Parizotto  
Gelson Sorgato  
Altair Guidi  
Ideli Salvatti

**DEPARTAMENTO  
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração eletrônica, montagem e  
distribuição.

Diretor: Eder de Quadra Salgado

**Divisão de Taquigrafia:**

responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.

Diretora: Denise Videira Silva

**Divisão de Divulgação e****Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

IMPRESSÃO PRÓPRIA  
ANO VIII - **NÚMERO 1003**  
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES  
EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 015ª Sessão Ordinária  
realizada em 16/03/1999..... 2  
Ata da 002ª Sessão Solene  
realizada em 16/03/1999..... 10

**Atos da Mesa Diretora**

Resolução..... 13

**Publicações Diversas**

Mensagem Governamental ..... 14  
Ofício ..... 14  
Projeto de Emenda  
Constitucional ..... 14  
Projetos de Lei ..... 15  
Projeto de Resolução ..... 16

**PLENÁRIO**

# ATA DA 015ª SESSÃO ORDINÁRIA

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

### EM 16 DE MARÇO DE 1999

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO HEITOR SCHÉ

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Ciro Roza - Clésio Salvaro - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Rosa - João Itamar - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Milton Sander - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Odete do Nascimento - Onofre Santo Agostini - Paulo Bornhausen - Pedro Uczai - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sandro Tarzan - Valmir Comin - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SEGUNDO SECRETÁRIO (Deputado Romildo Titon) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

**PROJETOS DE LEI:**

- de autoria do Sr. Deputado Adelor Vieira, que declara de utilidade pública o Desafio Jovem

Monte das Oliveiras, do Município de Gaspar; - de autoria do Sr. Deputado Gelson Sorgato, que prevê a disponibilização aos Municípios dos prédios escolares ociosos, destinando-os aos desenvolvimento de projetos agrícolas.

**OFÍCIOS NºS:**

088/99, do Sr. Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul, encaminhando cópia da Moção nº 05/99;

022/99, da Câmara de Vereadores de Capinzal, solicitando aos Deputados Estaduais apoio ao projeto de lei apresentado pela Deputada Ideli Salvatti, que atende a reivindicação de

Professores com licenciatura plena, para que percebam seus vencimentos como habilitados;

036/99, do Sr. Deputado Herneus de Nadal, Líder da Bancada do PMDB, encaminhando cópia da correspondência em nome do Sr. Laércio Flávio Bonifácio, o qual solicita a possibilidade de liberação dos anais referentes aos artigos 4º, inciso II, letra e,

inserido no título II, da Constituição do Estado de Santa Catarina, que trata da Assistência Íntegra, anais do art. 104, que trata da Defensoria Pública e cópia do projeto de lei referente a implantação de Defensoria Pública em Santa Catarina;

032/99, do Sr. Deputado Celso Tanauí, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, solicitando cópia das leis referentes a organização, estrutura operacional e hierárquica da Polícia Militar desse Estado, bem como direitos e deveres de seus integrantes;

009/99, do Sr. Secretário Executivo do Pronaf/SC, reportando-se a sua solicitação feita através do Ofício Circular nº 011/99/GABS solicita dentro do menor tempo possível enviar os nomes dos representantes que irão fazer parte do Conselho Estadual do Pronaf/SC (Titular e Suplente).

245/99, do Sr. Secretário de Estado dos Transportes e Obras, encaminhando resposta ao Ofício DP/08/99, o qual encaminha cópia da Indicação nº 005/99;

338/99, do Sr. Secretário de Estado da Fazenda, encaminhando os demonstrativos da dívida fundada interna e externa da administração direta e das garantias prestadas pelo Governo do Estado à Casan.

**CORRESPONDÊNCIA:**

- Francisco V. Coelho, da Franlui Têxtil Ltda., apela no sentido de não permitir que o programa de financiamento do Prodec seja definitivamente paralisado com todos os prejuízos que causará a sociedade.

**FAX Nº:**

42/99, do Chefe do 16º DRF, em resposta ao Telefax TE/0065.2/99, de 10/03/99, referente a proposição do Sr. Deputado Joares Ponticelli.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito o Deputado Clésio Salvaro, a

quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, assomo à tribuna nesta tarde para falar de uma indicação, a ser enviada ao Sr. Governador, solicitando a construção de uma unidade do Corpo de Bombeiros em Içara.

O Município de Içara, localizado na região Sul do nosso Estado, tem aproximadamente 50 mil habitantes, e na época de veraneio, chega a 250 mil pessoas. Possui quatro agências bancárias, um hospital, 2.200 estufas, 30 escolas municipais e 11 estaduais.

Içara é sede do Balneário Rincão, que, por ser um local de muitas lagoas, proporciona competições náuticas e possui a maior concentração de pessoas em todo o Sul do Estado. É, ainda, a capital brasileira do mel e a capital brasileira das estufas e dos fungos.

Portanto, estamos fazendo esta indicação ao Governo do Estado, também subscrita pelo Deputado Altair Guidi, para que seja construída, com a maior brevidade possível, uma unidade do Corpo de Bombeiros naquele Município, tendo em vista que a média de afogamento lá gira em torno de sete por ano. Isso, por si só, já justifica a instalação dessa unidade.

Um outro assunto que gostaria de abordar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, diz respeito aos estabelecimentos escolares que foram desativados pelo Governo do Estado com a nucleação.

Ontem, o Deputado Gelson Sorgato, com muita propriedade, fez uso desta tribuna para discutir o projeto de sua autoria que solicita ao Governo do Estado que tais estabelecimentos sejam repassados aos Municípios, a fim de que sejam aproveitados para desenvolver projetos agrícolas e rurais. É uma iniciativa louvável, e o projeto merece a atenção de todos os Srs. Deputados, de toda a sociedade, principalmente da Secretária Estadual da Educação, mas nós estamos apresentando uma emenda ao projeto para que também as pequenas e médias indústrias sejam ali implantadas, em determinados Municípios.

Eu posso dizer que na nossa região, o Sul do Estado, especialmente na região carbonífera, há mais de cem estabelecimentos desses abandonados, prédios inclusive recém-criados, daí por que aproveitei para apresentar esta emenda ao projeto do Deputado Gelson Sorgato.

Com a nucleação, na verdade uma municipalização disfarçada, os Municípios ficaram só com o ônus. Então, que possa ser dado ao Município esses prédios, ou doados por um período, segundo o Deputado Gelson Sorgato, de dez anos, renovável por mais dez.

Pelo projeto do Deputado Gelson Sorgato, os prédios ociosos seriam doados aos Municípios, pelo período a que me referi, para ali serem desenvolvidos projetos agrícolas. Mas uma comunidade do meu Município já reivindicou a instalação de uma pequena malharia no prédio em que funcionava a escola. Ou seja, a comunidade vai, através da sua associação de moradores, da sua associação de amigos, colocar algumas máquinas industriais no prédio e aproveitar a mão-de-obra daquele bairro, uma mão-de-obra não muito especializada, é verdade, mas com esse trabalho as pessoas vão conseguir ajudar nas despesas da sua família.

Então, Srs. Deputados, coloco a emenda de minha autoria à disposição de V.Exas., para apreciação, esperando que seja útil nesse contexto e que aprimore o projeto original do Deputado Gelson Sorgato.

Era isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Sandro Tarzan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, estivemos, nesse final de semana, reunidos em Brasília para realizar a Convenção Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro, a Convenção Nacional da Juventude

Trabalhista, o Movimento Jovem Trabalhista do Brasil e a Convenção do Segmento da Mulher do Partido Trabalhista Brasileiro.

Naquela oportunidade, nós, de Santa Catarina, que formamos uma delegação de quatro pessoas - até porque o nosso Partido ainda é pequeno em Santa Catarina; estivemos juntos com o nosso Presidente, Dr. Roberto Zimmermann, e com representantes da juventude -, tivemos a satisfação muito grande de poder fazer parte do Diretório Nacional e da Executiva Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro.

Então, Santa Catarina passa a ter, a partir de agora, dois representantes na Executiva do nosso Partido em nível nacional: o nosso Presidente, Dr. Roberto Zimmermann, e este Deputado, com muito orgulho e muita honra.

Lá, tivemos a felicidade de montar a chapa de Presidente e Vice-Presidente, enfim, de toda a Executiva, quando foi escolhido, por aclamação, o Deputado José Carlos Martinez como Presidente Nacional do nosso Partido, cujo discurso veio dar um novo encaminhamento do Partido em relação à sua posição perante o Governo Federal. Disse o seguinte:

(Passa a ler)

"Minhas senhoras, meus senhores e minha querida juventude trabalhista, nós ainda não somos, mas o Partido Trabalhista Brasileiro é a história do Brasil. Em 1930, Getúlio Vargas inicia a revolução social compatibilizando capital e trabalho. Constitui no Brasil um tempo em que trabalho e capital tiveram um justo preço, direito que o trabalhador jamais tivera até então.

A forma cruel como o trabalhador era tratado no campo, sob a égide do Império, foi sepultada com a revolução industrial que nasceu no Brasil na década de 30. Foi a transição do campo para a cidade, da lavoura para a indústria. Usando a pena libertadora da Princesa Isabel, Getúlio sepultou o regime de semi-escravidão que imperava no Brasil.

Se a Princesa Isabel fez um hino à justiça através da pena libertadora, Vargas reafirmou a liberdade empunhando as leis de justiça social. Entre a Lei Áurea e a revolução de Vargas na década de 30, o sentimento ainda era escravocrata. Vargas trouxe junto com a revolução industrial a dignidade do homem. Getúlio está vivo. E viverá sempre. Nós somos os herdeiros deste legado. Uma era pode, e muitas vezes deve, ser enterrada, como foram as de Stalin e Hitler. Outras são imortais, como a era Lincoln e a era Vargas. É o sagrado direito ao trabalho. É a promoção real do ser humano.

O Brasil da Excelência, o Brasil dos números retumbantes, é o mesmo Brasil de um bloco cada vez maior de excluídos. É também o Brasil dos que vivem no lixo, sem água, sem esgoto, sem educação, sem saúde e sem trabalho. É o País que fecha hospitais e abre bancos. É o País dos Mercedes suntuosos e da imensa maioria que não tem estradas nem transporte. É o País que importa feijão, leite e frutas, quando não faltam terras e mãos para plantar.

O Brasil não pode continuar a ser o País dos deserdados. Eternizou-se no País moderno o privilégio do capital e o descaso com o trabalhador.

Precisamos nos convencer de uma vez por todas que vender ativos para pagar juros e cortar orçamento na área social é privilegiar a elite econômica e desenvolver uma política suicida.

O liberalismo imaginado e concretizado pelos pensadores formados na metade do século, enquanto emagreciu o Estado, continuou beneficiando as elites. No Brasil, não poderia ser diferente. A ansia e a necessidade de reformas deixaram de lado o maior direito do cidadão: o trabalho.

O Brasil não pode ser escravo da receita do Fundo Monetário Internacional. É absolutamente inaceitável que o suor da nossa gente que trabalha e que gera os impostos seja canalizado para o pagamento de juros. Não precisamos calçar um sapato maior do que o nosso pé. Vamos viver com nossos recursos. Temos

capacidade de gerar as nossas próprias receitas.

Repto o que disse Getúlio: 'O povo de quem fui escravo não será escravo de ninguém.'

O povo brasileiro não pode ser escravo do capital estrangeiro. O povo não pode ser escravo do capital volátil e especulador, que não gera empregos, que não traz riquezas, que explora, empobrece e avilta. Também não pode o povo ser escravo do nacionalismo exacerbado, que isola e impede o desenvolvimento tecnológico, apequena o mundo dos necessitados e impede que tenham acesso ao progresso. O povo não pode ser escravo de política econômica monetarista, que somente enxerga números e se esquece das pessoas.

Queremos a estabilidade da moeda, sim. Mas o PTB não se esquece das pessoas. O PTB sente a voz das ruas. A dor dos que não têm emprego, dos que se encontram abandonados, dos que não têm acesso à saúde, dos que não encontram escola para seus filhos, dos que choram desesperados a falta de esperança.

Não é possível mais conviver com essa realidade. Não é possível aceitar passivamente essa situação, que humilha as pessoas e fere sua dignidade de forma profunda. Nada fere mais o cidadão hoje que a perda de emprego.

Sabemos que a globalização é um fenômeno inevitável, mas isso não implica na sua aceitação integral. As grandes potências são as primeiras a se defender, com sólidas barreiras alfandegárias. Que se experimente vender suco de laranja para o Japão ou derivados de carne para países do Mercado Comum Europeu! No entanto, as autoridades brasileiras permitiram, sem vacilar, que produtos estrangeiros invadissem nossos supermercados de forma indiscriminada.

Dirão alguns que a recente desvalorização cambial veio inverter o jogo, restabelecendo o equilíbrio, equilíbrio este que deveria ter sido perseguido desde o primeiro dia do Plano Real. Mas os efeitos da desvalorização não serão imediatos, nem generalizados. Em primeiro lugar, as fábricas brasileiras que fecharam suas portas não poderão reabri-las de um dia para o outro. Em segundo lugar, ao contrário do que fizemos aqui, nossos parceiros internacionais já demonstraram que não têm a menor intenção de ficar de braços cruzados. Já estão erguendo suas barreiras alfandegárias. E essas barreiras são cruéis com o Brasil. Falta coragem para enfrentá-las e competência para vencê-las.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, mais uma vez quero levantar um assunto que temos debatido incansavelmente nos últimos dias nesta Casa. Mas parece que ainda não conseguimos sensibilizar as autoridades competentes, principalmente as que dizem respeito ao DNER em Santa Catarina e ao próprio Ministério dos Transportes.

Na Quarta-Feira de Cinzas, ocorreu a queda da ponte sobre o Rio Urussanga, e, naquela mesma semana, o DNER nos dava ciência de que providências imediatas seriam tomadas para resolver essa situação, num prazo máximo de noventa dias.

Pois bem, várias semanas se passaram e até o presente momento não estamos vendo aquela "agilidade" prometida. Enquanto isso, os problemas, em função do desvio que teve de ser adotado na rodovia SC-438, estão agravando-se a cada dia que passa.

Ontem estive no local, por lá também passou o Deputado Valmir Comin, e surpreendi-me quando vi trabalhando naquele local, na recuperação daquela parte da ponte que cedeu, apenas dois homens. Não é esta a celeridade que nos foi prometida em relação aquela obra, até porque a situação na rodovia SC-438 está ficando crítica.

Representantes das associações comerciais da nossa região e de várias entidades de

classe informaram-me na noite de ontem que um grande movimento está sendo preparado no Sul do Estado, e se nos próximos dias não houver uma demonstração de vontade de resolver o problema por parte do DNER, vai acontecer o fechamento da rodovia.

Parece-nos que não há outro caminho a ser seguido, uma vez que o problema, grave como é, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não sensibilizou ainda o Ministro dos Transportes, ele que é do Sul do País, que vem de uma região muito próxima da nossa e que sabe o que representa a BR-101, em termos de economia, para o Sul de Santa Catarina, para o País inteiro e para o Mercosul.

O Ministro dos Transportes até hoje não veio ao local para conhecer a realidade, para ver os problemas que estão acontecendo em função da morosidade como estão sendo tratados.

É preciso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que haja por parte desta Casa toda uma movimentação no sentido de convocarmos o eminente Secretário dos Transportes, autoridades do DNER e representantes do Ministério, aos quais exigiria-se uma providência com relação àquele problema no menor espaço de tempo possível.

Há hoje nos Municípios de Cocal, Urussanga, Orleans, São Ludgero e Gravatal uma situação de risco constante, permanente, porque é grande o volume de acidentes na rodovia SC-438.

Essa rodovia, Deputados João Itamar e Sandro Tarzan, que é estadual, que é de responsabilidade da Secretaria dos Transportes, está ficando completamente deteriorada. Já não se encontrava em uma situação boa de uso, uma vez que nos últimos seis anos o projeto para recuperá-la ficou paralisado; e agora que as obras foram retomadas, no sentido de que fosse recuperada a rodovia em todo o percurso de responsabilidade do 5º Distrito, que é o trecho compreendido entre Tubarão e São Ludgero, acontece isso.

A situação está ficando insustentável naquele ponto, e o desvio para os usuários, feito através dos Municípios de Morro da Fumaça e Sangão, está provocando uma série de acidentes. Não bastasse todo esse problema ocasionado pela queda da ponte sobre o Rio Urussanga, temos ainda a preocupação constante com a ponte sobre a Lagoa do Imaruí, a chamada Ponte de Cabeçadas.

Estivemos lá novamente no sábado, e já nos deram informações concretas de que aquela ponte está completamente comprometida, podendo ceder a qualquer momento.

O DNER já anunciou que vai recuperar aquela ponte, uma vez que são vários os problemas estruturais que ela apresenta. Mas até o presente momento não vimos nenhuma providência. E a população do Sul do Estado começa a ficar apavorada, muito preocupada, porque a situação se agrava a cada dia que passa.

Eu não sei o que está acontecendo com as autoridades do DNER e do Ministério dos Transportes. Parece que há uma falta de preocupação, e não sei se essas autoridades têm idéia do tempo em que a SC-438 vai poder comportar todo esse movimento que está recebendo atualmente.

O Sr. Deputado João Itamar - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado João Itamar - Nobre Deputado, congratulo-me com V.Exa. pelo seu pronunciamento.

Gostaria de informar a V.Exa. que hoje ouvi pela CBN Diário (não querendo fazer propaganda, mas é a rádio que informa e nos coloca a par da situação), uma entrevista do Ministro dos Transportes, que garantiu que a BR-101 seria concluída do Paraná até Palhoça, com data marcada para 31 de dezembro deste ano.

Então, eu fico satisfeito com isso, porque realmente é uma preocupação. Quando trouxemos aqui o responsável pelo DNER para dar

informações, ficamos um pouco confusos, mas depois dessa entrevista, eu e os brasileiros que transitam pela BR-101 ficamos satisfeitos. E acredito que os jornais irão divulgar essa entrevista nas próximas horas.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Agradeço o seu aparte, Deputado, e lamento não ter ouvido a entrevista para, quem sabe, via telefone, convidar o Ministro para vir a Santa Catarina e conhecer a realidade do Sul do Estado, bem como ver as providências morosas que estão sendo adotadas com relação à ponte sobre o Rio Urussanga, pois acho que ele não está devidamente sensibilizado com o problema.

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Deputado, quero parabenizá-lo pela sua preocupação com a rodovia SC-438, que também é nossa, pois liga, pela Serra do Rio do Rastro, Tubarão a São Joaquim e Lages.

Então, este é um problema muito sério, porque o Governo tem que realmente tomar uma providência urgente em relação a essa ponte, para que outras estradas não sejam estragadas.

Nós, que passamos sempre por esta rodovia, pela ligação que temos com o Sul do Estado, temos visto vidas sendo ceifadas. Por isso, o Governo tem que ter um respeito maior pelo nosso Estado, haja vista que Santa Catarina é um Estado importante na Federação brasileira.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Agradeço o aparte, Deputado Sandro Tarzan, e incorporo-o ao meu pronunciamento.

Para concluir, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero dizer que é preciso que esta Casa volte a levantar essa preocupação mais uma vez e tente trazer aqui o Secretário dos Transportes, até para nos dizer da indenização que nos deve o Governo Federal pelos estragos feitos na SC-438, em função do desvio de todo o tráfego da BR-101 por aquela rodovia estadual.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Deputado Ciro Roza, por treze minutos.

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria, neste momento, de fazer um relato sobre a situação dos hospitais, especialmente do hospital de Azambuja, no Município de Brusque, mantido pela igreja e pela própria sociedade brusquense, através dos empresários e clubes organizados.

Esse hospital, durante os últimos dez anos, fez grandes investimentos no sentido de buscar o que há de mais moderno em termos de equipamentos, além de investir no quadro de pessoal, com profissionais altamente qualificados.

O hospital de Azambuja não é regional, mas atua e atende como se fosse. A região do Vale do Rio Tijucas e região do Vale do Itajaí-Mirim encaminham para lá seus pacientes, especialmente aqueles que são atendidos pelo SUS. E todos sabemos que o repasse feito pelo SUS não cobre sequer 50% do custo com medicamentos e profissionais. E o mais grave neste momento é que, com a desvalorização do real, praticamente todos os medicamentos sofreram um reajuste.

O hospital, nestes últimos anos, atravessou a sua pior fase, e só sobreviveu graças aos empresários, que acabaram assumindo as dívidas contraídas pelo hospital para continuar atendendo os pacientes. E como ainda faltam dezoito meses para as dívidas serem saldadas, imaginem o montante que será agora, com a desvalorização do real.

Isso preocupa a direção do hospital,

mas preocupa também os brusquenses e os catarinenses, que têm à sua disposição um hospital considerado no Estado como um dos melhores.

As pessoas que procuram esse hospital para fazer uma tomografia computadorizada, encaminhadas pelo SUS, precisam, para fazer este exame, tomar um medicamento, um contraste, o qual teve um aumento de 70%. E na maioria dos hospitais que hoje estão atendendo pelo SUS é muito comum as pessoas necessitarem deste exame, mas dizem que não há vagas, marcam para 60 ou 90 dias, quando, na verdade, há vagas, sim. Essa é a maneira que o hospital está encontrando para escapar de um prejuízo muito grande, porque se o SUS não cobria o custo, agora, com o aumento do contraste em 70%, o prejuízo fica maior ainda, e o hospital não pode arcar com isso.

Claro que o paciente precisa daquele exame de imediato, e alguns têm condições ou se articulam de uma maneira ou de outra para poder fazer o exame particularmente. Mas o que está acontecendo é que os doentes estão interrompendo o seu tratamento, tendo que esperar às vezes até 90 dias para fazer a tomografia, devido ao aumento expressivo do contraste pela desvalorização do real.

Portanto é preciso chamar atenção das autoridades para o nosso hospital, que atua como hospital regional. Faz-se necessário o respaldo do Governo do Estado, através da Secretaria da Saúde, no sentido de estender recursos para este hospital, para que possamos continuar a atender o povo que o procura.

Então, Srs. Deputados, gostaríamos que esta Casa pudesse nos acompanhar, para que tivéssemos uma resposta pronta e imediata do Governo no sentido de que o hospital de Azambuja possa continuar prestando seus serviços.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado Ciro Roza, realmente a preocupação de V.Exa. quanto ao hospital de Brusque é procedente. E não é só o hospital de Brusque, Deputado Ciro Roza, que merece essa preocupação mas, sim, todos os hospitais do interior.

Tenho a certeza de que o Deputado Milton Sander, de Chapecó, está preocupado com o momento dramático que vive o hospital da sua região, como o meu hospital regional, na minha cidade de Curitiba, assim como poderíamos dizer também em Joinville e em outros locais.

Acho que o que V.Exa. coloca é muito importante, ou seja, fazer com que o Governo do Estado não só invista nos hospitais de Florianópolis, mas que ele também invista nos hospitais do interior, porque torna-se mais barato para o próprio Governo, se der condições para que o hospital de Azambuja, de Chapecó, de Joinville, de Curitiba, de Rio do Sul, de Lages e assim por diante atendam os seus doentes, evitando que sejam transportados para a Capital do Estado, tornando-se muito mais caro para o Governo.

Eu acho, Deputado Ciro Roza, que os hospitais de Florianópolis, todos os hospitais, o corpo clínico, os médicos, enfim, todos, fazem milagre ao atender toda a população de Santa Catarina. Mas torna-se, sem dúvida nenhuma, muito mais caro do que se dessem o atendimento lá na origem.

Por isso, V.Exa. tem toda a razão. Não tem explicação, Deputado Ciro Roza, que um exame, uma tomografia, leve sessenta, noventa dias para ser realizado. E os hospitais são obrigados a fazer isso, porque o valor pago pelo SUS, como bem disse V.Exa., é insignificante diante do custo não só do aparelho como, também, da manutenção e do uso dele.

Por isso, quero cumprimentar V.Exa. e dizer que tenho certeza de que V.Exa. vai ter o respaldo unânime deste Poder. V.Exa. pode contar comigo, estarei do seu lado para ajudar a defender não só o hospital de Azambuja como todos os hospitais do interior.

Se dermos condições para os hospitais

do interior, vamos evitar o inchaço dos hospitais da Capital.

Conte comigo, Deputado!

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Muito obrigado, Deputado Onofre Santo Agostini.

Concedo também um aparte ao Deputado Milton Sander.

O Sr. Deputado Milton Sander - Nobre Deputado, quero cumprimentar V.Exa. pela oportunidade do assunto que levantou, que com toda certeza é de ordem muito grave na sua cidade, na sua região. E como disse o Deputado Onofre Santo Agostini, é uma espécie de epidemia hospitalar o problema hospitalar que grassa o nosso Estado.

O Deputado Narcizo Parisotto, o Deputado Pedro Uczai, o Deputado Gelson Sorgato, o Deputado Jaime Mantelli, enfim, os Deputados que transitam quase todas as semanas pela nossa região sabem que a terceira via mais movimentada da BR-282, que liga o grande Oeste ao litoral, à Capital do Estado, são as ambulâncias, tal a necessidade de um atendimento mais especializado, encontrado aqui, em Florianópolis, com mais conforto às famílias, ao paciente, enfim, a todos aqueles que necessitam desse tipo de atendimento.

Só para concluir e não tirar mais do tempo precioso deste seu pronunciamento tão importante e tão oportuno, Deputado Ciro Roza, quero dizer que no caso do Hospital Regional de Chapecó, há três anos está sendo construída uma casamata para abrigar a radioterapia do hospital regional de lá.

Oitenta por cento das obras estão concluídos, faltam, portanto, vinte por cento, ou seja, algo menos do que duzentos mil dólares, aproximadamente.

O equipamento lá está lá há mais de dois anos, mas não se toma providências para concluir a obra, e não se sabe por quê. Inclusive, os pacientes - e são em grande número - que usam essa terapia têm que vir ao litoral, a Porto Alegre ou a Curitiba para receber esse tratamento.

Então, quero me solidarizar com V.Exa. e acho que nós, em conjunto, todos os que conhecem o problema hospitalar de Santa Catarina, devemos fazer um grande movimento, já que o Governador Esperidião Amin disse durante a sua campanha - está no seu programa de governo - que a solução dos problemas da saúde, entre eles o hospitalar, seria uma das prioridades de seu Governo.

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Agradeço pelo aparte de V.Exa.

Realmente, acho que temos que ser criativos para buscar uma solução, para diminuir esses custos, a fim de dar um atendimento digno à nossa comunidade.

Claro que Brusque também convivia, em um passado não tão distante, com esse problema, ou seja, quando o hospital não tinha todos os equipamentos necessários, deslocava-se os pacientes para Blumenau ou para Florianópolis. Hoje, conseguimos, inclusive, diminuir os custos, mas é necessário, como o Deputado Milton Sander falou há pouco, que haja uma atenção especial da estrutura de Governo, no sentido de estender esses recursos, esses investimentos, que são tão poucos, para poder fazer com que o Hospital Regional de Chapecó possa ter uma estrutura e assim evitar o deslocamento dessas pessoas à Capital.

Eu acho que chegou o momento, e tenho certeza que, através da nossa mobilização, haveremos de colocar em prática um projeto a contento da nossa sociedade.

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Deputado Ciro Roza, na verdade V.Exa. traz um assunto de suma importância para a população de Santa Catarina. E nós que somos do interior do Estado, de São Joaquim, tivemos até um convênio assinado e publicado, no Governo do saudoso Senador Vilson Kleinübing, mas o Secretário da

Saúde da época, que não convém citar o nome, não repassou os recursos para a conclusão da Unidade de Terapia Intensiva do Município de São Joaquim, onde teríamos três leitos para adultos e um para crianças.

Infelizmente, não foi feito isso. Não foi culpa do Governador da época mas, sim, do Secretário, e quero, inclusive, que isso fique aqui registrado.

Srs. Deputados, quero dizer que novamente vamos ao Governador fazer este pedido, porque estaremos atendendo não só a população de São Joaquim como também a comunidade de Bom Jardim da Serra, de Urupema, de Urubici, enfim, uma região inteira será atendida...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché)(Faz soar a campainha) - V.Exa. dispõe de mais um minuto para concluir.

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Deputado Sandro Tarzan, agradeço pelo aparte de V.Exa.

Antes de encerrar, quero aproveitar a oportunidade para convocar todos os membros da Comissão de Transportes para uma reunião, após o encerramento desta sessão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos sete minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Sr. Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, assomo a esta tribuna para falar sobre dois assuntos: o primeiro refere-se ao Dia Nacional de Luta dos Atingidos por Barragens.

Este movimento, Srs. Deputados, completou dezenove anos no dia ontem. Para a sua comemoração, realizou-se uma grande manifestação no Município de Chapecó, mais precisamente na Ponte do Rio Goioen - entre os Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Nesta mobilização ficou claro e presente que esses quase vinte anos de luta do Movimento dos Atingidos por Barragens, graças à mobilização, à luta desses movimentos todos que se organizaram no País, mais especificamente dos atingidos pela Hidroelétrica de Itá, possibilitaram algumas conquistas: o reassentamento para as famílias que fizeram a opção de terra por terra, o reassentamento para os filhos dos pequenos agricultores que não tinham terra e a infra-estrutura nesses reassentamentos, nos Estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Hoje, esse movimento está ocupando as dependências da Gerasul, no sentido de reivindicar os acordos firmados e não cumpridos pela Eletrosul e também, atualmente, pela Gerasul, com relação aos problemas sociais e ambientais.

Por isso, aproximadamente 400 atingidos pelas barragens ocupam as dependências da Gerasul, com a finalidade de se reunir com a Presidência, com os seus dirigentes, para discutir os direitos sociais e ambientais dessas áreas atingidas pelo projeto hidroelétrico da Bacia do Rio Uruguai.

Registramos aqui a nossa solidariedade aos movimentos dos atingidos pelas barragens deste País, especificamente aos atingidos pelas Barragens de Itá, de Machadinho, de Campos Novos e de Foz de Chapecó, que são as primeiras quatro obras prioritárias previstas para serem construídas.

A obra de Itá já está em fase final de construção, e ao mesmo tempo 800 famílias ainda carecem de solução de um ou de outro problema causado pela Barragem de Itá. Inclusive, gostaria de dizer que no acordo de 1987 a obra não seria construída antes de serem resolvidos os problemas sociais e ambientais.

No ano passado votamos nesta Casa, quando da participação da Celesc na construção da Hidroelétrica de Campos Novos, que a obra não teria início antes de ser resolvido o problema

social e ambiental. Infelizmente, a obra de Itá está quase concluída, e centenas de famílias ainda não têm resolvidos os seus problemas.

Por isso, a nossa solidariedade e ao mesmo tempo o nosso protesto ao Governo Federal e também às empresas privadas que não resolvem os problemas sociais e ambientais antes de construírem essas obras.

Aquela população não foi consultada a respeito dessa construção e, por conseguinte, eles não resolvem o problema social e ambiental, simplesmente vão construindo, vão expulsando os agricultores, sem dar uma solução para as suas reivindicações ou para os seus direitos.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Pedro Uczai, na verdade, V.Exa. traz uma questão fundamental para esta Casa. E nós também temos acompanhado esse problema dos atingidos por barragens, inclusive mantivemos hoje, pela manhã, contato com o Presidente da Gerasul, e há alguns minutos fizemos um novo contato, no sentido de que ele possa receber os atingidos para debater os problemas pendentes.

Creio que V.Exa. colocou a questão muito claramente, ou seja, os atingidos não foram chamados no momento de debater esses projetos, os quais são praticamente impostos. Precisamos que pelo menos os órgãos responsáveis, neste caso a Gerasul, possam amenizar os problemas, e isso passa necessariamente por uma negociação.

Por isso, esperamos que haja sensibilidade do Presidente da Gerasul para receber os atingidos que se encontram no escritório, neste dia.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Neste contexto de mudanças e de transformações que vão ocorrendo nas instituições públicas, nas empresas públicas onde ocorrem as privatizações e, ao mesmo tempo, não se resolvem os problemas sociais e ambientais, a empresa-dona, que é da Bélgica, disse que ia resolver os problemas e não resolveu, disse que não ia demitir e está demitindo.

Srs. Deputados, isso tudo tem uma única lógica, que é a de fortalecer essa idéia do progresso, que é pelo capital, pelo particular, pelo privado, excluindo milhares de famílias de sua condição e de seu modo de vida e, ao mesmo tempo, não resolvendo os seus problemas sociais.

Gostaria de iniciar um debate, porque fui provocado pelo pronunciamento do Deputado Paulo Bornhausen, no dia de ontem, sobre Estado, privatização e educação.

Quero, nos próximos dias, deixar clara a minha posição sobre essas transformações, que em um discurso fácil oculta as tradições, oculta os interesses subjacentes, oculta o que se quer lá na frente, que é destruir as instituições públicas, os mecanismos de uma sociedade mais democrática. Isso vai atingir, em um futuro próximo, o caráter público das nossas instituições, das políticas públicas e a particularização, a compra dos serviços públicos ou a compra do...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o Deputado João Rosa, por seis minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados, o Deputado Pedro Uczai trouxe para a discussão, nesta Casa, um problema que acho da maior relevância.

Concordo plenamente com o Deputado quando diz que é necessário, em outras palavras, evidentemente, o desenvolvimento, mas o desenvolvimento sem agressão ao homem, sem agressão à natureza e respeitando os princípios básicos dos direitos e garantias individuais de

cada cidadão brasileiro. E a exemplo dessa preocupação, eu apresento a minha preocupação com relação ao que está para ocorrer em Joinville.

Todos nós sabemos que os cientistas já declararam, por inúmeras vezes, que o grande problema do início do próximo milênio será a água e a alimentação. E sobre a questão da água precisamos discutir desde já o futuro que nos espera.

É preocupante e necessária uma ação nesse momento, para que não cheguemos nos próximos 10 ou 15 anos na condição de recorrer a meios caríssimos para que a população tenha à sua disposição a água potável.

Um consórcio, que nem é de Santa Catarina, está se habilitando para construir - na cabeceira da bacia do Rio Cubatão, que é o rio que abastece a grande maioria da população de Joinville com água potável, lá no alto da serra - um represa, uma usina hidrelétrica de finalidade duvidosa, com razão não explicável até o presente momento.

Diz o projeto que gerará cinco mil ou cinco milhões de quilowatts. Eu não lembro bem, mas essa quantidade, essa capacidade de geração de energia daria, em tese, simples e unicamente, para tocar uma empresa do porte da nossa Tupy, de Joinville.

Portanto, é um projeto estranho, é um projeto que agredirá, sem sombra de dúvida, o manancial de água que abastece Joinville e a natureza, pois haverá a derrubada da Mata Atlântica, haverá a interrupção do fluxo natural de água, ficando essa represa à disposição de um consórcio, sendo que esse consórcio controlará a água que abastece Joinville.

Isso é de suma importância e essa é uma grande preocupação do povo joinvilense e, principalmente, deste Deputado.

Precisamos levantar esta questão neste momento e dizer que eu, particularmente, sou contra a construção dessa usina sem uma discussão ampla, sem que o povo seja ouvido, sem que seja esclarecida a sua verdadeira finalidade, eis que até o presente momento não foi claramente explicada.

Eu gostaria de deixar aberto o debate, no sentido de trazer em um futuro muito próximo novos subsídios, para que aqui sejam discutidos.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado João Rosa, o assunto da sua pauta de falação hoje, em relação à nossa Joinville, é bastante oportuno. Não foi nem uma, nem duas, nem três vezes que a imprensa tocou nesse assunto.

A população de Joinville já se manifestou sobre isso, os seus representantes, através da Câmara de Vereadores, já se manifestaram. Faltava evidentemente os representantes desta mesma população aqui, da Assembléia Legislativa, manifestarem-se.

É necessária essa manifestação para que Joinville saiba que estamos aqui falando em seu nome, que também estamos preocupados e queremos, tanto quanto a população joinvilense, preservar o nosso manancial, principalmente aquele que a Casan não dá conta do recado, nunca, que é a questão da água. Mas o manancial de água que nós temos lá precisa ser preservado.

Quero parabenizá-lo e solidarizar-me com a sua falácia.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Eu agradeço ao Sr. Deputado Nilson Gonçalves, pelo aparte.

Apresentarei uma matéria escrita, protestando quanto a esta questão, e gostaria de ter a honra de todos os Deputados de Joinville, que estão nesta Casa, também assinarem comigo essa matéria.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço está reservado ao PTB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos o Deputados do PTB.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passaremos para o horário do PPB.

Com a palavra o Sr. Deputado Milton Sander, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MILTON SANDER - Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de entrar no assunto que nos traz a esta tribuna, quero também comunicar que temos o máximo interesse no sentido de que este assunto das barragens das hidroelétricas que estão sendo construídas em nosso Estado, algumas em divisa com Estados vizinhos e, no futuro, até com a República da Argentina, seja acompanhado atentamente por esta Casa, porque teremos que ter a sabedoria, teremos que ter o entendimento científico e ecológico no divisor dos interesses.

Se de uma lado há a necessidade de que se produza mais energia, abundante e barata, como é a energia hidráulica, também ao outro divisor devemos dar a maior atenção possível para que o nosso sistema ecológico, o nosso ecossistema e os interesses das famílias atingidas não sejam violentados.

Ontem, em uma audiência com o Secretário da Agricultura, reivindicamos uma solução a respeito da agricultura para o mais breve possível.

Não adianta produzir, se não há comercialização ainda na área hortifrutigranjeira. O produto é produzido praticamente em um dia e vendido no outro, e se não houver armazenamento, comercialização e destinatário adequados, que são os consumidores, então, com certeza, o investimento se tornar - como tantos outros no Brasil - ocioso ou, como diz a imprensa, tornar-se-á um desperdício público. E isso está acontecendo em Santa Catarina.

Tenho confiança que com esse alerta, esse trabalho no período em que ainda vamos permanecer aqui, na Assembléia Legislativa, junto à Comissão de Agricultura e ao Secretário da Agricultura, que conhece o problema, haveremos de dar um encaminhamento para tornar aquele empreendimento - que teve uma grande atividade social em todos os sentidos, seja para o agricultor que produzia, seja para o consumidor que consumia - um grande sucesso ao longo de três anos.

Por uma política agrícola consumidora, orientada não se sabe por quem, mas se desconfia que é por interesse de empresários de fora, especialmente de Curitiba, que estão explorando a distribuição dos hortifrutigranjeiros em todo o grande Oeste, nos últimos três anos a nossa produção, por não ter armazenamento, embora tenha local, fica jogada para as moscas.

Convido o Presidente da Comissão de Agricultura, o nosso Colega Moacir Sopesa, os Deputados Pedro Uczai, Jaime Mantelli, Narcizo Parisotto e Herneus de Nadal para visitarmos esse empreendimento, que é, na realidade, se não tivermos a responsabilidade de resgatá-lo, uma autêntica demonstração de desperdício do dinheiro público.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda restam cinco minutos ao PPB.

Não havendo oradores inscritos, redistribuiremos o tempo aos Partidos, cabendo cinco minutos a cada um.

Os primeiros cinco minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Sandro Tarzan.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Sr. Presidente, o PTB, no caso, teria seis minutos. Eu pedi ao Deputado Joares Ponticelli que solicitasse a V.Exa. que jogasse esses minutos para a frente, já que eu estava dando uma entrevista.

Como fica o tempo do PTB, Sr.

Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Sr. Deputado, a redistribuição do tempo está sendo regimental. Os oradores que não se inscreverem no horário perderão o tempo destinado ao Partido. Por isso, o PPB, que tinha seis minutos, na redistribuição ficou com cinco minutos.

Com a palavra o Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estive, sexta-feira, visitando a ponte do Rio Sangão. Ontem o Deputado Joares Ponticelli e o Deputado Valmir Comin também estiveram visitando a ponte do Rio Urussanga velho.

Não se trata de uma obra comum de Santa Catarina, trata-se, Sr. Presidente, da BR-101. Não podemos aceitar esse descaso com Santa Catarina. Quem está sofrendo é o Sul do Estado, que não possui estrutura para resistir àquele tráfego, nem o Município de Sangão, nem o Município de Morro da Fumaça, nem o Município de Tubarão, nem o Município de Criciúma, nem o Município de Gravatal, nem o Município de Braço do Norte, nem o Município de Orleans ou o de Urussanga.

Nós acompanhamos pela imprensa que seriam necessários noventa dias para a finalização da obra, mas se continuar com quatro, duas ou três pessoas, vai levar noventa anos e não noventa dias.

Por essa razão, Sr. Presidente, queremos convocar a Comissão Especial para fazer um calendário, para tomarmos as devidas medidas com a Comissão de Transportes, porque neste instante não depende de um Parlamentar ou de dois, mas é o Parlamento de Santa Catarina que tem que dar respostas.

Essa estrada não é catarinense, mas, sim, brasileira; por aqui passa todo o corredor do Mercosul, toda a matéria-prima que vai para as indústrias do Rio Grande do Sul vem para Santa Catarina, como também a alimentação que sai daqui e vai para o Norte.

Portanto, estamos preocupados. Sei que o Dr. Roberto Ribas, Diretor-Geral do DNER, está lutando, está trabalhando, mas não possui nada na mão. Ele vai precisar de muita pressão política, e este Parlamento é a resposta.

Neste instante, precisamos saber se o Governo Federal tem consideração por Santa Catarina. Se não existe consideração por este Parlamento, tem que respeitar o Governo do Estado, porque este momento é decisivo. Então, se tudo isso não importar, a nossa representação no Congresso nacional tem que estar junto nesse multirão.

Por esta razão queremos convocar, após esta sessão, uma reunião da Comissão Especial para fazermos um calendário de trabalho. Sei que vai haver uma reunião da Comissão de Transportes, então, podemos nos juntar para fazer esse calendário de trabalho em defesa não só da ponte do Rio Urussanga velho, não só das pontes críticas - a ponte de Tubarão e a ponte de Cabeçadas - como também da duplicação da BR-101, que está lenta pelo lado norte de Santa Catarina.

Por isso, acho que a resposta está nesta Casa, que é o Parlamento de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - A nossa proposta é de nos reunirmos, a nossa Comissão, e ampliar esse debate, inclusive convocando o Secretário dos Transportes e Obras para vir a esta Casa.

O Estado está recebendo toda a carga, todo o tráfego via SC-438, o que está fazendo com que surjam vários problemas. Temos a movimentação de vários Municípios da região da Amurel, no sentido de fechar a SC-438 e a BR-101, porque, parece-me, que o problema não sensibilizou o Ministério.

O Ministro Elizeu Padilha precisa conversar mais com o Ministro Francisco Turra, porque ele está defendendo o Sul do Brasil. O Ministro Elizeu Padilha não foi até hoje ao local para ver o problema e não sensibilizou-se com a ponte de Cabeçadas.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Por isso, Sr. Presidente, é que queremos fazer essa convocação. Nós queremos fazer na tarde de hoje um calendário de trabalho incluindo uma ida ao Ministério para convidar o Ministro para vir a Santa Catarina para que possamos obter resposta...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PFL que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PT.

Com a palavra o Sr. Deputado Pedro Uczai, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, o debate sobre a educação foi uma das bandeiras de luta do nosso mandato nos primeiros dois anos e definido também como uma das prioridades nessa 14ª Legislatura.

Sugiro ao Presidente da Comissão de Justiça, Deputado Onofre Santo Agostini, até porque não sou membro, para deliberar naquela Comissão sobre a realização de uma audiência pública para discutir sobre a educação superior em Santa Catarina.

Está presente aqui o debate que regulamenta o art. 171 da Constituição do Estado. Propomos a esta Casa na Legislatura anterior um projeto, reaproveitamos aquele projeto em parte, modificamo-lo e rerepresentamo-lo agora, nesta Legislatura, no sentido de buscar incentivos fiscais concedidos a empresas privadas, com parte desses recursos para o ensino superior em bolsas, em pesquisas, em crédito educativo.

Também está em debate o art. 170. O Governo do Estado apresentou uma proposta de regulamentação do art. 170, e nós também apresentamos uma outra proposta, porque entendemos que precisamos debater abertamente, democraticamente, esse art. 170, inclusive, com a presença das diferentes entidades envolvidas nessa problemática do ensino superior: bolsa, pesquisa, crédito educativo.

Temos a lei nossa, após um substitutivo global que apresentei a um projeto original do Deputado Gelson Sorgato, que versa sobre o crédito educativo estadual. Nessa lei não se tirava do art. 170 esses recursos; eram, sim, recursos do Orçamento para além do art. 170, Deputado Gelson Sorgato, para buscar em outras fontes de financiamento mais um pouco de recursos para os nossos estudantes do Estado de Santa Catarina.

Tem também a lei de 1922, a Lei nº 8.758, que propõe bolsa para os professores da rede pública estadual que frequentam os cursos de licenciatura. E desde abril de 96 acabou, terminou, não se repassou mais os recursos para os nossos professores que buscam se qualificar.

Temos que trazer essa lei aqui, para o debate, para que ela seja cumprida no Estado de Santa Catarina, para que os nossos professores que buscam se qualificar no ensino superior possam, através de uma política do Estado, fazer cumprir essa lei e assim qualificar o ensino fundamental e médio no Estado de Santa Catarina, de modo especial na escola pública.

Por isso, queremos convidar para essa audiência pública a Acafe, as universidades do Estado de Santa Catarina, a Universidade Federal, a Udesc, os estudantes e os professores, através de suas representações, o Conselho Estadual de Educação, a Secretaria Estadual da Educação, enfim, as instituições e as entidades envolvidas no processo educacional, para debatermos aqui, juntamente com outras entidades, neste Plenário desta Assembléia, a

educação superior no Estado de Santa Catarina.

É um momento privilegiado na medida em que se define que rumo vamos tomar nas políticas públicas do Estado. Se vamos considerar os alunos como clientes, desconstruindo, desestruturando e deslegitimando as instituições públicas e as políticas públicas ou, efetivamente, se vamos construir, a partir do Estado, políticas públicas claras para tornar cada vez mais pública a educação, porque o próprio discurso neoliberal diz que educação é uma prioridade.

Quero ver se esta Casa delibera que o ensino médio, a educação pública e o ensino superior são prioridades na prática. E essas leis que estão tramitando aqui, esses projetos de emenda constitucional, as proposições de projetos de lei do art. 171 e também da LDO vão possibilitar, explicitar aqui as posições de cada Deputado...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PTB.

Com a palavra o Deputado Sandro Tarzan.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando assomei à tribuna pela última vez, no pequeno expediente, eu li o discurso do Presidente Nacional do PTB, eleito agora na convenção nacional que fizemos em Brasília, dia 14 de março, mas não pude concluí-lo. Então, vou dar seqüência agora a essa leitura.

(Passa a ler)

"Dirão alguns que a recente desvalorização cambial veio inverter o jogo, restabelecendo o equilíbrio, equilíbrio este que deveria ter sido perseguido desde o primeiro dia do Plano Real. Mas os efeitos da desvalorização não serão imediatos, nem generalizados. Em primeiro lugar, as fábricas brasileiras que fecharam suas portas não poderão reabri-las de um dia para o outro. Em segundo lugar, ao contrário do que fizemos aqui, nossos parceiros internacionais já demonstraram que não têm a menor intenção de ficar de braços cruzados. Já estão erguendo suas barreiras alfandegárias. E essas barreiras são cruéis para o Brasil. Falta coragem para enfrentá-las e competência para vencê-las.

Nós, do PTB, acreditamos que o emprego é a melhor política social.

Acreditamos no desenvolvimento, nos investimentos públicos e privados e na gestão ambiental sustentável e permanente.

Acreditamos na educação. Queremos fornecer as ferramentas para que todo cidadão tenha condições de acesso ao trabalho. A formação profissional é tão necessária e importante para o trabalhador quanto o posto de trabalho.

Acreditamos que a saúde é um direito inalienável. É dever primordial do Estado garantir, principalmente aos mais necessitados, um mínimo de assistência médica e hospitalar. É preciso atuar decisiva e permanentemente no combate às endemias.

Acreditamos que é possível fazer a reforma agrícola. Nosso agricultor está abandonado, desestimulado, suas propriedades e seus produtos desvalorizados e a mesa do brasileiro é abastecida de produtos estrangeiros. A fome no Brasil não é aceitável, num país continente, de terras ricas, férteis e gente trabalhadora.

Como herdeiros do patrimônio maior de Vargas, nós, trabalhistas, vamos apresentar à sociedade um projeto alternativo de Brasil em que se possa acreditar. Com nossos defeitos, com nossas qualidades, com nossas artes, nossa cultura, nossas diferenças e nossa poesia, enfim, com o nosso amor. Se temos pouco a distribuir, vamos fazê-lo com justiça. Não vamos buscar a

poupança alheia que será paga com sangue, suor e lágrimas. Eu não sei que tanta diferença fizeram os dólares que vieram, mas sei o quanto vai custar para devolvê-los. Precisamos buscar medidas efetivas, imediatas que resgatem políticas sociais, de educação e saúde. E a melhor e a mais importante política social é, sem dúvida alguma, o emprego."

Vamos, juntos, ao novo trabalhismo brasileiro. Que Getúlio nos inspire e que Deus nos ilumine.

Este foi, portanto, o discurso do nosso Deputado Federal José Carlos Martinez.

Como já dissemos aqui, tivemos a oportunidade de fazer parte da Executiva Nacional do Partido, num primeiro momento no diretório, eu e o Presidente Estadual, Dr. Roberto Zimmermann, que também faz parte da Executiva Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro. É uma conquista, sem dúvida nenhuma, para o Partido Trabalhista daqui de Santa Catarina, que também tem como Terceiro Vice-Presidente da Executiva Nacional da Juventude, do Movimento da Juventude Trabalhista o advogado e professor Dr. Apóstolo Nicolau Pitsica.

Mas quero também, nesta oportunidade, saudar o ex-Prefeito de São Joaquim e Vice-Presidente do nosso Partido aqui em Santa Catarina, Sr. Rogério Tarzan, meu pai; o Prefeito do nosso Município, Bom Jardim da Serra, Odílio Gasperim; o meu tio, que também está aí presente; o Rui, seu filho, enfim, quero dizer a todos vocês que o Partido Trabalhista Brasileiro toma hoje uma nova postura em relação à sua participação no Governo Federal e também ao seu novo procedimento em relação ao Governo.

Vamos ter uma postura, Deputados, de independência, lutando, sim, pelos interesses da comunidade brasileira; por uma justiça maior neste País; pelos menos favorecidos, aqueles que, infelizmente, não têm o seu emprego, que é, sem dúvida nenhuma, a coisa mais cara para o ser humano, enfim, para o brasileiro, para que ele possa, com dignidade, criar sua família.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Pois não!

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Deputado Sandro Tarzan, quero me congratular com sua fala no dia de hoje e dizer que satisfeito por mais um Deputado vir engrossar a nossa luta, que é a luta pelos desempregados, pelo nacionalismo, pela defesa da empresa catarinense, pela defesa das nossas empresas.

Fico satisfeito que o PTB, agora, toma uma posição de independência. Espero que V.Exa. engrosse aqui nesta Casa esta posição, no sentido de começarmos a fazer um protecionismo, e já que não podemos fazer em nível nacional, vamos fazê-lo aqui em Santa Catarina. Vamos proteger o emprego catarinense, a empresa catarinense, a nossa cultura...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DE ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Passaremos à Ordem do Dia.

Sobre a Mesa requerimento de autoria do Deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica à família do Sr. José Peicher de Carvalho, externando ao seu filho Edson Peicher de Carvalho e familiares o seu mais profundo pesar pela perda do pai exemplar.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Itamar, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Sra. Prefeita de Florianópolis e ao Presidente da Câmara Municipal, cumprimentando o povo florianopolitano pelo transcurso dos seus 273 anos de emancipação político-administrativa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Casan, Dr. Aristorides Stadler, pedindo providências com planos, projetos e programas da Casan, para a ampliação da rede de

abastecimento de água no Município de Alto Bela Vista, em decorrência do aumento demográfico e crescimento do consumo de água.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco de Assis, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Eliseu Padilha, Ministro dos Transportes, pedindo a imediata realização de obras de sinalização da BR-470, no trecho entre o trevo de Ibirama e a Serra São Miguel.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jaime Mantelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja regularizada a situação dos especialistas em assuntos educacionais, aprovados no último concurso público, legalmente realizado no ano de 1998.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Sr. Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, e aos Srs. Deputados Líderes de Bancada Aécio Neves, Inocêncio Oliveira, Geddel Vieira Lima, Odello Leão, José Genoíno, Roberto Jefferson, Miro Teixeira, Luiza Erundina, Valdemar Costa Neto, Aldo Rebelo, João Herman Neto e Arnaldo Madeira, pedindo manifestação favorável e referendo à reivindicação da bancada feminina no Congresso Nacional, referente a imediata revogação da portaria do Ministério da Previdência Social que fixou em R\$ 1,2 mil o valor máximo do benefício licença-maternidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Adelor Vieira, a ser enviada ao Chefe do Poder Executivo, solicitando a quitação dos valores concernentes às bolsas de estudo em atraso.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Adelor Vieira, a ser enviada ao Sr. Governador do Estado, solicitando esforços no sentido de conceder em comodato o antigo prédio do Fórum de Joinville para a Universidade da região de Joinville (Univille).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Adelor Vieira, a ser enviada ao Sr. Governador do Estado, com cópia à Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, que solicita providência quanto aos repasses do convênio firmado entre a Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família e o Conselho Comunitário do Itaum, Município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Adelor Vieira, a ser enviada ao Sr. Governador do Estado, solicitando atenção especial aos pensionistas quanto ao pagamento dos salários dos meses de novembro e dezembro de 1998.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Adelor Vieira, a ser enviada à Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, solicitando recursos para a aquisição de equipamentos pedagógicos para o Centro de Educação Infantil de Itapocu, no Município de Araquari.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Adelor Vieira, a ser enviada ao Governador do Estado, sugerindo providências no sentido de implantar o 2º grau na Escola Básica Titulívio Venâncio Rosa, na localidade de Itapocu, no Município de Araquari.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Adelor Vieira, a ser enviada à Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, solicitando a ampliação do prédio em mais duas salas de aula, uma biblioteca, um laboratório de computação, reformas em geral e cobertura de uma quadra de esportes na Escola Básica Titulívio Venâncio Rosa, no Município de Araquari.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten, a ser enviada ao Secretário de Estado da Agricultura, solicitando convênio entre essa Secretaria e a Prefeitura Municipal de Taió, para a contratação de um engenheiro florestal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam

permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Romildo Titon, a ser enviada ao Secretário de Estado da Fazenda, solicitando com urgência estudos para agilizar a cobrança de ICMS junto à Gerência Regional da Fazenda Estadual de Curitiba e outras regionais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Clésio Salvaro, a ser enviada ao Governador do Estado, solicitando a implantação de uma unidade do Corpo de Bombeiros no Município de Içara.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Ronaldo Benedit, a ser enviada ao Presidente da Telesc, sugerindo a implantação do sistema de telefonia celular no Município de Praia Grande.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado João Itamar, a ser enviada ao Governador do Estado, solicitando providências no sentido de viabilizar o prolongamento da pista de pouso e decolagem no aeroporto de Três Barras.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação de autoria do Sr. Deputado Jorginho Mello, a ser enviado ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando dados acerca das providências que estão sendo tomadas para o início da construção do prédio que irá abrigar a Delegacia Regional de Polícia no Município de Joaçaba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria no Ordem do Dia. Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Presidente, só gostaria de fazer uma sugestão, aproveitando este horário da Explicação Pessoal. Em conversa com os Líderes de Bancada, eu sugeri, como terça-feira próxima vai ser feriado, para que não fizessemos a sessão de segunda-feira, fazendo duas sessões na quarta-feira, para aproveitar o feriado, pois muitos Deputados têm que viajar, como é o meu caso, e na segunda e na terça-feira todos os Deputados ficariam livres para viajar e cumprirmos o nosso calendário na



quarta-feira.

Se os Deputados aquiescerem a minha sugestão, gostaria de consultar V.Exa. para saber da sua viabilidade. Mas queria adiantar que já na primeira conversa que tive com todos os Líderes de Bancada, eles concordaram com esta mudança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Existem duas providências a serem tomadas, Deputado Jorginho Mello: a primeira é a de levar ao conhecimento do Presidente da Casa esse seu pedido, no sentido de que ele nos dê autorização, e a segunda é que tem que ser feito um requerimento para transferir a sessão de segunda-feira, que deverá ser votado e aprovado em Plenário.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, pedi a palavra, pela ordem, apenas para convocar todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça para uma reunião, quarta-feira, às 10h.

As reuniões ordinárias da Comissão ocorrem toda terça-feira, às 10h. Como esta próxima terça-feira é feriado em Florianópolis, convocamos a Comissão para o dia seguinte, ou seja, quarta-feira, às 10h.

Então, Sr. Presidente, através de V.Exa. queremos convocar todos os membros da referida Comissão e todos aqueles que tenham matéria para ser votada na Comissão com pedido de vista ou matérias que sejam de Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ficam, portanto, convocados os membros da Comissão de Constituição e Justiça para uma reunião, quarta-feira, às 10h.

O Sr. Deputado João Rosa - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado João Rosa.

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Sr. Presidente, gostaria de convocar os membros da Comissão de Finanças para uma reunião, quarta-feira, às 10h, pela mesma razão já exposta pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ficam, portanto, convocados os membros da Comissão de Finanças para uma reunião, quarta-feira, às 10h.

Não havendo oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o Sr. Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, no dia de ontem a comunidade de Blumenau, através de algumas entidades, especialmente a Associação Comercial e Industrial de Blumenau, prestou uma homenagem ao Senador Jorge Konder Bornhausen.

Estavam presentes também nessa solenidade o Governador do Estado Esperidião Amin; o seu Vice-Governador Paulo Bauer; o Sr. Senador Geraldo Althoff; o Líder do Governo nesta Casa, Deputado Paulo Bornhausen; o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Gilmar Knaesel; o Secretário de Estado Paulo Gouvêa da Costa; o Deputado João Pizzolatti e este Deputado.

Esta homenagem talvez tenha sido na história de Blumenau uma das mais bonitas, com a presença maciça de mais de quinhentas pessoas, sendo servido ao final um jantar à comunidade presente.

No início da tarde, quando o Senador chegou à cidade de Blumenau, ele deu entrevista à imprensa, fez um programa na TV Galega, do nosso conhecido locutor Bolinha, já Vereador no Município de Rio do Sul. Em seguida, o Senador Jorge Bornhausen também deu posse ao novo

Diretório do PFL de Blumenau, prestigiando o seu Presidente eleito Marco Antônio Wanrowsky, Vereador, como toda a sua Executiva e Diretório.

Além de dar posse ao nosso novo Diretório, ele abonou dezenas de filiações de pessoas que voluntariamente ligaram para o escritório, ligaram para este Deputado e para o nosso Diretório, colocando à disposição o seu nome para fazer parte do PFL de Blumenau.

Mas quero falar mais um pouco desta homenagem e cumprimentar as entidades que fizeram parte desse encontro.

Nós sentimos a alegria no Senador Jorge Bornhausen quando dizia que podia até ser motivo de piada, mas quando veio do Rio de Janeiro (ele nasceu e estudou lá e os seus familiares estavam morando em Itajaí), ele colocou o seu escritório de advocacia no Município de Blumenau, já querendo fugir da vida pública porque sentia que familiares e companheiros iriam pressioná-lo para ser candidato.

Mas a ironia do destino foi a Blumenau, conquistando a comunidade, onde nasceram os seus quatro filhos, e logo em seguida foi convidado para ser Vice-Governador quando ainda morava lá. Assim foi, que chegou a ser Deputado, Senador, Governador, Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina e hoje novamente Senador do Estado.

Nesta homenagem, ele recordou do passado, da convivência, da amizade, daquilo que conquistou na cidade de Blumenau e no Vale do Itajaí. E no seu discurso lembrou também que realmente Blumenau tinha um amigo que Deus levou, que foi o Senador Vilson Kleinübing, que aquela comunidade, acima de tudo, adorava-o desde quando foi candidato ao Governo de Santa Catarina, pela primeira vez, em Blumenau, recebendo a maior votação. Não se elegeu Governador do Estado, mas fez naquele Município onze mil votos.

E Vilson Kleinübing, que tinha uma adoração pela cidade de Blumenau, pelo Vale do Itajaí e por Santa Catarina, foi um homem público, sem dúvida nenhuma, que deixou um vazio muito grande no cenário político de Santa Catarina.

Mas em seu discurso fez um apelo ao filho de Vilson Kleinübing, João Paulo, para que seguisse a carreira de seu pai, porque ele foi um homem público que deixou um passado brilhante, honesto e transparente e que deu exemplo para muitos cidadãos, não só catarinenses, mas também brasileiros.

Assinou também o Governo do Estado de Santa Catarina, junto com o Presidente das Centrais Elétricas de Santa Catarina, um contrato para a construção de uma subestação no Bairro da Velha, em Blumenau. Uma obra estimada em mais de quatro milhões de reais e que, sem dúvida nenhuma, vai dar um melhoramento à energia de Blumenau, porque seguidamente tem caído a energia e trazido problemas para a nossa comunidade e para as nossas indústrias, e vai atender aproximadamente 80 empresas e mais de 30.000 residências.

Eu quero, em seguida, entrar em um outro assunto que diz respeito a uma entrevista que ouvi pela manhã numa emissora aqui de Florianópolis, com o locutor, parece-me, Mário Mota, que entrevistava o Ministro dos Transportes Elizeu Padilha. O locutor perguntou ao Ministro quando é que iria acabar essa novela da BR-101. Se ela estava paralisada em parte, se iriam continuar a obra ou não. E o Ministro deixou bem claro, hoje, através dessa emissora de rádio, que conversou, ontem, com o Presidente da República e este já autorizou a sua continuidade, dando até uma data para a sua inauguração. No dia 31 de dezembro o Sr. Presidente da República gostaria de tê-la pronta.

Vamos ver se isso realmente vai acontecer. Vamos ver se de fato a esperança dos catarinenses vai ser realizada e concretizada, porque se essa obra for paralisada - ela já está praticamente 70% pronta -, vai trazer um prejuízo muito grande a Santa Catarina e ao País.

E nós temos na Casa a Comissão de

Transportes, presidida pelo Deputado Ciro Roza, que já na sua primeira reunião tocou no assunto da BR-101. Inclusive, gostaria de ouvir o referido Deputado para falar a respeito deste assunto, porque me parece que ele, como Presidente da Comissão de Transportes, fez um convite ou está organizando um encontro com os Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Ciro Roza - Na verdade, eu quero aproveitar a oportunidade e fazer um convite, já que V.Exa. tocou num ponto importante, às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados; gostaria que participassem, sexta-feira, às 15h, de uma reunião aqui no DER, com a presença do Fórum Parlamentar Catarinense, onde irão se fazer presentes todas as empreiteiras e também os diretores dos oito consórcios que participam do trecho da BR-101. Ali iremos nos inteirar da situação do cronograma físico e financeiro para dar continuidade àquela obra, porque tem alguns trechos que estão parados e outros, com o serviço muito lento, quase parando.

Então, esta reunião é oportuna e importante. Enfim, tendo um retrato fiel da situação, iremos direcionar os nossos esforços no sentido de acelerar a retomada desses trabalhos, a fim de que possamos ver a sua conclusão até o dia 31 de dezembro.

Aproveitando ainda a oportunidade, quero relembrar aos membros da Comissão de Transportes que, após o término da sessão plenária, faremos uma reunião.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Agradeço ao Deputado Ciro Roza, Presidente da Comissão dos Transportes, pelos seus esclarecimentos, bem como o seu convite.

Eu acho que nós não podemos ficar aqui parados. Recebemos a informação que essa obra irá terminar até o dia 31 de dezembro deste ano, mas também já recebemos a informação de que ela iria terminar no ano passado e na metade deste ano.

Então, nós não podemos ficar calados. Já existe uma Comissão Externa, criada através de um requerimento do Deputado Adelor Vieira, para acompanhar o andamento dessa rodovia. Também queremos lembrar da ponte da BR-101 que caiu e não se sabe quando estará pronta.

Eu acho que esta Casa, que representa o povo de Santa Catarina, não pode ficar calada e não pode ficar parada. Nós temos que continuar pedindo e insistindo. Devemos dar uma de nordestino: pedir o dia todo e a noite se reunir para ver o que irão pedir no outro dia. Só assim é que nós vamos conseguir as coisas, conforme os Estados do Norte e Nordeste.

Não podemos ficar aqui calados, porque informações, às vezes falsas e vazias, já recebemos, mas a Assembleia Legislativa tem o dever de representar o Estado de Santa Catarina junto ao Fórum Parlamentar Catarinense.

E nós, Deputados catarinenses, abraçados e imbuídos na mesma causa, com certeza, iremos conseguir com que essa obra seja concluída até o final do ano.

Agora, se ficarmos calados, com certeza essa obra não será concluída, porque comecem as pressões de outros Estados, pressões daqui, pressões de lá, e acabam levando o dinheiro que é para essa obra tão importante para o Estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Adelor Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Pois não!

O Sr. Deputado Adelor Vieira - Deputado Wilson Wan-Dall, antes de adentrar neste assunto tão importante que V.Exa. aborda no momento, eu gostaria de aproveitar o ensejo para registrar a presença neste Plenário do Vereador Valério Verbinem, da Câmara Municipal de Guarumirim, que, juntamente com outra liderança daquele Município, veio à Capital para resolver problemas tais como: ampliação do 2º grau e ampliação da 5ª e 8ª séries em escolas daquele Município.

E como V.Exa falava a respeito da BR-101, ele também traz a sua preocupação em relação à SC-280, que tem nas cercanias de

Guaramirim alguns trechos que precisam de melhorias. O Vereador Valério está aqui entre nós e desejamos que ele se sintam bem.

Gostaria, também, Deputado Wilson Wan-Dall, de cumprimentar V.Exa. pela ênfase nessa questão da duplicação da BR-101. Realmente não dá para acreditar mais em nada! Porque se abrimos o jornal, vamos ver que a BR-101 não vai sofrer solução de continuidade; se abrimos a página de outro órgão de informação, vamos ver que os empreiteiros estão batendo em retirada, e assim por toda a mídia. Há uma confusão tremenda. Vemos o Sr. Governador dando entrevistas, muitas vezes dizendo que conseguiu do Sr. Ministro a garantia de que as obras não sofrerão paralisação, e vemos, por outro lado, a apreensão da nossa população.

Já disse aqui, em outras oportunidades, que esta Casa nunca foi omissa e não será também, nesta oportunidade, em relação a esse assunto tão importante. Mas estamos vendo, infelizmente, que o tempo vai passando e de concreto não temos nada, não podemos dizer, realmente, se as obras vão sofrer solução de continuidade. O que se vê, a cada dia que passa, é a diminuição de trabalhadores na duplicação da BR-101 e poucas máquinas naquela importante obra.

Por esta razão, Deputado Wilson Wan-Dall, temos que continuar insistindo mesmo.

Lembro-me que da outra vez, quando fomos participar de uma audiência em Brasília com o Ministro dos Transportes e com o Diretor do DNER, juntamente com um grupo de lideranças políticas e empresariais, o Ministro precisou transferir essas autoridades do seu gabinete para o auditório, e usou a seguinte expressão: "Ué, parece que não são catarinenses que aqui estão, parece que estou vendo nordestinos. Vocês estão aprendendo com os

nordestinos, estão vindo do Sul fazer *lobby* aqui", justamente fazendo ênfase aquilo que V.Exa falou.

E quando pudemos exibir algum material, inclusive audiovisual, eles se mostraram abismados com o volume de trânsito que diariamente passa pela BR-101. Apresentamos a estatística dos acidentes naquela oportunidade, o que deu ênfase para que a duplicação pudesse se tornar realidade.

Agora, nós não podemos deixar a peteca cair, como se diz na gíria popular, vamos continuar lutando, Deputado Wilson Wan-Dall. Se for necessário, vamos ao Presidente da República, pois não podemos consentir com a paralisação da mais importante obra que o Governo Federal presentemente realiza em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Muito obrigado, Deputado, pois seu aparte veio nos auxiliar e fortalecer o apelo a todos os Srs. Deputados.

E quero dizer mais: amanhã vou apresentar um requerimento, acredito que todos os Srs. Deputados vão assinar, solicitando a presença do Sr. Ministro dos Transportes a esta Casa, para mostrar a ele como é o trânsito na BR na hora do *rush*, na hora do pique, porque não é só na temporada que os turistas e a nossa comunidade enfrentam filas enormes, é também no dia-a-dia que a população sofre com o trânsito na BR-101.

Só assim, Deputado Adelor Vieira, chegaremos na próxima temporada com a BR duplicada. Se não fizermos isso, com certeza a BR irá ficar para o próximo ano e ficaremos aqui pensando. É através da ação, da mobilização, como faz o nordestino, que iremos conseguir uma ação mais efetiva.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Continua livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, comunicamos a pauta da Ordem do Dia para a próxima sessão.

Requerimentos nºs 80, 81, 82 e 86, de autoria do Sr. Deputado Joares Ponticelli;

Requerimentos nºs 84 e 85, de autoria da Sra. Deputada Ideli Salvatti;

Requerimento nº 88, de autoria do Sr. Deputado Ivan Ranzolin;

Pedidos de Informação de autoria da Sra. Deputada Ideli Salvatti;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 01/99.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero fazer um registro aqui do pedido que estamos fazendo ao DER, inclusive esta matéria está pautada para amanhã, no sentido de que seja publicado o edital de licitação para o contrato do projeto de engenharia da Serra do Corvo Branco.

Esse pleito foi apresentado pelas lideranças do Município de Grão Pará, capitaneadas pelo Vice-Prefeito e pelo Presidente do PPB, que estão durante todo o dia de hoje reivindicando junto aos órgãos do Governo em favor desse Município.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 18h30min, em homenagem aos 170 anos da imigração alemã de São Pedro de Alcântara.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 002ª SESSÃO SOLENE

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

### EM 16 DE MARÇO DE 1999

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GILMAR KNAESEL

Às dezoito horas e trinta minutos, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Cesar Souza - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - João Itamar - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Odete do Nascimento - Paulo Bornhausen - Pedro Uczai - Ronaldo Benedet - Sandro Tarzan - Valmir Comin - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Convido os Deputados Paulo Bornhausen, Cesar Souza e Wilson Wan-Dall para conduzirem as autoridades que serão nominadas para tomarem assento à mesa.

Excelentíssimo Sr. Luiz Fernando Françalacci, digníssimo Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Turístico da Santur, representando o excelentíssimo Sr. Governador do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Péricles Prade, digníssimo Prefeito Municipal de Florianópolis, em exercício;

Excelentíssimo Sr. Conselheiro Salomão Ribas Júnior, digníssimo Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Salézio Zimermann, digníssimo Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, representando todas as colônias alemãs do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Coronel Francisco

de Assis Abrão, digníssimo Chefe-do-Estado-Maior da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, representando o Sr. General-Comandante;

Excelentíssimo Sr. Dr. Hans Prayon, digníssimo Cônsul Honorário da República Alemã em Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Vereador Francisco Rzatkí, digníssimo representante da Câmara Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo Sr. Vereador Paulo Schweitzer, digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara;

Excelentíssimo Sr. Jorge Wolfgang Globig, digníssimo Presidente da Federação dos Centros de Cultura Alemã no Brasil;

Excelentíssimo Sr. Deputado Pedro Uczai, digníssimo Segundo Vice-Presidente da Assembleia Legislativa;

Excelentíssimas autoridades e Srs. Deputados, esta sessão foi convocada em homenagem aos 170 anos de imigração alemã de São Pedro de Alcântara.

Neste momento convido a todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

A Presidência registra ainda a presença das seguintes autoridades:

Do excelentíssimo Sr. Dário Berger, Prefeito do Município de São José;

Do excelentíssimo Sr. Henrique Drews Filho, Prefeito do Município de Pomerode;

Do excelentíssimo Sr. José Ademir

Deschamps, Vice-Prefeito do Município de São Pedro de Alcântara;

Do excelentíssimo Sr. Capitão-Tenente Silveira Júnior, digníssimo representante do Comandante da Escola de Aprendizes de Marinheiros;

Do excelentíssimo Sr. Celso Wiggers, digníssimo Juiz Federal;

Do excelentíssimo Sr. Ivens Antônio Scherer, Vice-Prefeito de Antônio Carlos, representando o Prefeito Municipal.

Do excelentíssimo Sr. Dionísio Pauli, digníssimo Vereador de São Pedro de Alcântara;

Do excelentíssimo Sr. José Eugênio Schmitt, digníssimo Vereador de São Pedro de Alcântara;

Do excelentíssimo Sr. Daniel Silveira, digníssimo Vereador de São Pedro de Alcântara;

Do excelentíssimo Sr. Roberto Stahlen, digníssimo Vereador de São Pedro de Alcântara;

Do excelentíssimo Sr. Valtenei da Silva, digníssimo Vereador de São Pedro de Alcântara;

Do excelentíssimo Sr. Nicolau Pitz, digníssimo Vereador de São Pedro de Alcântara;

Do excelentíssimo Vereador Senildo Linzmeyer, digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul;

Do reverendíssimo Monsenhor Agostinho, de São Pedro de Alcântara;

Do excelentíssimo Sr. Professor João Klug, digníssimo Chefe do Departamento de História da UFSC;

Do excelentíssimo Sr. Evaldo

Moretto, digníssimo Delegado-Geral, representando o Sr. Secretário da Segurança Pública;

Da excelentíssima Sra. Leda Rosa Cardoso Vieira, digníssima Diretora do Arquivo Histórico de Florianópolis;

Da Srta. Graciane Müller, digníssima rainha da Festa do Colono de São Pedro de Alcântara;

Da Srta. Viviane Junkes, primeira princesa da Festa do Colono de São Pedro de Alcântara;

Do Sr. Alberto Hoffmann, ex-Presidente da coordenação em comemoração aos 170 anos da imigração alemã do Sul, sediada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Esta Presidência cumprimenta também as demais autoridades que porventura não foram registradas pelo nosso cerimonial.

Neste momento, concedemos a palavra ao Deputado Paulo Bornhausen, na qualidade de Autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene, que foi aprovado por unanimidade pelos Deputados desta Casa.

O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN - Excelentíssimo Sr. Deputado Gilmar Knaesel, digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Luiz Francalacci, digníssimo Diretor da Santur, neste ato representando o Sr. Governador do Estado;

Excelentíssimo Sr. Péricles Prade, Vice-Prefeito Municipal e Prefeito Municipal em exercício de Florianópolis;

Excelentíssimo Conselheiro Salomão Ribas Júnior, digníssimo Presidente do Tribunal de Contas do Estado;

Excelentíssimo Sr. Salézio Zimermann, digníssimo Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara;

Excelentíssimo Sr. Coronel Francisco de Assis Abrão, digníssimo Chefe-do-Estado-Maior da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, representando o General-Comandante;

Excelentíssimo Sr. Hans Prayon, digníssimo Cônsul Honorário da República Alemã em Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Vereador Francisco Rzatk, representante da Câmara Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo Sr. Vereador Paulo Schweitzer, Presidente da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara;

Excelentíssimo Sr. Jorge Wolfgang Globig, Presidente da Federação dos Centros da Cultura Alemã no Brasil;

Excelentíssimo Sr. Deputado Pedro Uczai, Segundo Vice-Presidente da Assembléia Legislativa.

Em seu nome e em nome de todos já nominados gostaria de saudar as autoridades aqui presentes, todos os representantes da comunidade de São Pedro de Alcântara, assim como também os representantes das comunidades alemãs de Santa Catarina.

(Passa a ler)

"Sr. Presidente, a história se dá quando os homens encontram elementos de sua existência nas realizações de seus antepassados - isto, ensina a própria história.

Após a Proclamação da Independência a nossa Capitania se transformou em Província e chegaram os imigrantes europeus para ajudar, com mãos hábeis, a construir a nossa história. E como ajudaram!

Santa Catarina ainda guarda cenários típicos e lugares cheios da herança do imigrante, como São Pedro de Alcântara, que hoje homenageamos pela passagem dos 170 anos da colonização alemã em nosso Estado.

Voltando no tempo e no espaço, descobrimos essa história, onde ela começou. As guerras, o serviço militar, as más colheitas, o aumento dos preços da terra e dos alimentos, os impostos pesados, a pobreza e a fome, mais o radicalismo de perseguições políticas e religiosas -

dificuldades sociais de toda ordem e uma necessidade muito grande de melhoria de vida - fizeram milhões de alemães abandonar seu país no século passado.

Foram abertos ao comércio com as Nações amigas os portos brasileiros, por D. João VI, em 1808, e já em 1812 os imigrantes alemães começavam, pelo Espírito Santo, a chegar ao Brasil.

Em 1818 já estavam na Bahia, em 1820 no Rio de Janeiro, em 1824 no Rio Grande do Sul e, por último, em 1829 em Santa Catarina.

O destino era o Novo Mundo. Tanto iam para os Estados Unidos, como para o Canadá, como para a Argentina, quanto vinham para o Brasil.

A Casa Real queria povoar as Capitânias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para defender as fronteiras do Império, em constante conflito com as Províncias do Prata pela posse da Banda Oriental, hoje o País chamado Uruguai.

Vinham com a cara e a coragem, enfrentando os perigos da travessia em busca da liberdade e de um mundo melhor para criar seus filhos. Em troca, traziam disposição para o trabalho, tenacidade, religiosidade e uma grande vontade de participar.

Os primeiros imigrantes em Santa Catarina formaram, em 1829, a Colônia de São Pedro de Alcântara, marco da colonização alemã em nosso Estado. O hoje Município de São Pedro de Alcântara, emancipado de São José, foi o berço dessa colonização e continuou por décadas recebendo centenas de famílias de imigrantes.

Só 17 anos mais tarde, em 1846, os alemães, vindos de Hunsrück e desembarcados em Desterro, em três lanchões, tomaram outro rumo. Passaram a formar a Colônia de Santa Isabel, na região de Águas Mornas e Rancho Queimado.

Os imigrantes alemães que ocuparam a Colônia de São Pedro de Alcântara eram, em sua maioria, originários da região de Eifel, no Sudoeste da Alemanha, à margem esquerda do Rio Mosela.

Vieram em um grupo de 523 pessoas a bordo do navio alemão Johanna Jakobs, que aportou no Rio de Janeiro em setembro de 1828. Chegaram a Santa Catarina em dois barcos, o brigue Luiza e o bergatim Marquês de Viana, desembarcando em Desterro no início de novembro daquele ano.

Só depois de três meses alojados em quartéis da Capital ou isolados na Armação da Lagoinha foi que chegaram, primeiramente 60 deles, no início de março de 1829, a um engenho localizado no sertão de São José, vale do Maruí, onde deram início à Colônia de São Pedro de Alcântara, que comemora 170 anos de fundação.

Instalados nos lotes coloniais e sem dar guarida às adversidades que pontilhavam a vida na nova terra, os alemães foram construindo a igreja, o cemitério, para os que não resistiam às agruras da 'nova vida', e se espalhavam da sede da colônia para novos núcleos, como Santa Filomena, Itajahy, Vargem Grande e Leopoldina.

A colonização em São Pedro foi um processo muito sofrido para os primeiros imigrantes. As promessas de terra farta e fértil não se cumpriram, como as coisas oficiais não se cumprem fácil e rapidamente ainda hoje no Brasil.

De início impacientavam-se os imigrantes diante da morosidade de qualquer solução. Sem respostas do Governo para seus pedidos e sugestões, viam perderem-se as sementes que trouxeram do Velho Mundo. E ainda recebiam notícias de que indígenas e bugres freqüentavam o vale onde eles seriam instalados.

Depois, as adversidades vieram em forma de falta de ferramentas e recursos financeiros para continuar o trabalho, de enchentes inundando as várzeas do Rio Maruí e de acidentes na derrubada da mata, ao desamparo da medicina.

As terras destinadas eram muito íngremes e pedregosas, de pouca fertilidade, desfavoráveis às atividades rurais. E ainda re-

servavam outra surpresa: dadas como devolutivas, acabavam oneradas por processos judiciais custosos por causa de antigos títulos de propriedade.

Foi assim, entre desafios e conquistas - numa luta constante - que São Pedro de Alcântara se tornou o precioso marco imigratório que a memória catarinense tem que guardar para a posteridade. Apesar de deficiências humanas, omissão governamental e contingências naturais, os colonos venceram. Vieram, viram e ficaram. Desenvolveram uma fibra que se tornou um exemplo de união e resistência.

A eles, hoje, devemos mais do que as tradições folclóricas, a culinária condimentada, o enxaimel, o apreço pelas artes e o apego aos valores familiares. Devemos esta extraordinária vocação para o trabalho, o espírito empreendedor, a persistência e a capacidade de superar percalços.

Toni Jochem e Débora Alves, no seu livro sobre São Pedro de Alcântara, registram que o Estado de Santa Catarina deve aos imigrantes de todas as etnias, entre elas a alemã, a condição de seu desenvolvimento econômico e social, além de substancial contribuição para uma economia agrária invejável. E o pouco desenvolvimento da primeira colônia alemã - a de São Pedro de Alcântara - só não foi mais acentuado devido aos brios desses pioneiros e de seus descendentes - os atores desta história da vida real que hoje cumpre 170 anos de existência.

Ao encerrar, com a permissão deste notável auditório, quero registrar que entre os 632 imigrantes alemães estabelecidos na heróica Colônia de São Pedro de Alcântara, entre os anos de 1829 e 1840, estava o agricultor Jakob Bornhausen, do qual sou descendente, com muito orgulho e humildade."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Excelentíssimo Sr. Deputado Gilmar Knaesel, digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Luiz Fernando Francalacci, Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Turístico da Santur, que, neste ato, representa o excelentíssimo Sr. Governador do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Péricles Prade, digníssimo Prefeito Municipal de Florianópolis em exercício;

Excelentíssimo Sr. Conselheiro Salomão Ribas Junior, Presidente do Tribunal de Contas do Estado;

Excelentíssimo Sr. Salézio Zimermann, digníssimo Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, neste ato representando todas as colônias alemãs do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Coronel Francisco de Assis Abrão, digníssimo Chefe-do-Estado-Maior da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, representando o Sr. General-Comandante;

Excelentíssimo Sr. Hans Prayon, digníssimo Cônsul Honorário da república alemã em Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Vereador Francisco Rzatk, digníssimo representante da Câmara Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo Sr. Vereador Paulo Schweitzer, digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara;

Excelentíssimo Sr. Jorge Wolfgang Globig, digníssimo Presidente da Federação dos Centros de Cultura Alemã no Brasil;

Excelentíssimo Sr. Deputado Pedro Uczai, Segundo Vice-Presidente da Alesc, secretariando neste ato a Mesa; senhores, senhoras, crianças, boa-noite!

Sinto-me em casa, sinto-me até na cidade de Blumenau quando vejo tantas pessoas bonitas, loirinhos, loirinhas, aqui presentes nesta

Casa.

(Passa a ler)

"Cento e setenta anos de colonização alemã em São Pedro de Alcântara. Qual a razão para tantos alemães deixarem suas terras para tentar a vida em um lugar tão distante, onde não dominavam a língua nem os usos e costumes de uma região desconhecida?"

Muitas serão as respostas, porém, a característica de um povo obstinado na busca por dias melhores e a insatisfação com sua situação econômica, sem perspectivas para si e sua família, foram os motivos maiores por sua escolha em vir para o Brasil.

Foram longos anos de lutas, de perseverança, de criatividade e da resoluta religiosidade que animaram e fortaleceram os imigrantes pioneiros e seus sucessores.

Estamos reunidos, hoje, aqui, para homenagear esses imigrantes alemães que vieram para o Estado de Santa Catarina no início do século XIX, mais precisamente os que fundaram a colônia de São Pedro de Alcântara, em 1829, transformando-se na célula máter das colônias alemãs, depois ramificadas e berço de algumas famílias patriarcais.

Foi neste Município que se fixou o exemplo histórico da fibra de uma comunidade. Hábitos e experiências novas que juntos com as demais correntes migratórias que povoaram a província de Santa Catarina a tornou cenário ímpar em função da multifacetada configuração étnica de seu povo.

E de São Pedro de Alcântara também que os imigrantes se espalharam por todo o Estado, colonizando regiões onde estão Municípios de importante representação como Blumenau, Joinville e Jaraguá do Sul, formando comunidades que com o seu árduo trabalho, junto com outras etnias, foram o sustentáculo da economia e sobrevivência de outros tantos milhares, desde o mais modesto e anônimo plantador de milho, até o mais falado e influente industrial.

Gostaria de, nesta data, na pessoa do Cônsul Honorário da Alemanha em Santa Catarina, o meu amigo Hans Prayon, parabenizar aqueles imigrantes responsáveis por esta homenagem. E, para encerrar, cumprimento os seus descendentes que aqui estão representando a população de São Pedro de Alcântara, almejando votos de prosperidade a toda a comunidade.

*Tang Sehen."*

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - A Assembléia Legislativa, neste momento, deseja homenagear todos os imigrantes alemães, que em 1º de março de 1829 fundaram a colônia de São Pedro de Alcântara, através da pessoa do Sr. Bertoldo Juckens, que nesse momento recebe a Medalha de Cristal da Assembléia Legislativa.

(É entregue a Medalha de Cristal ao Sr. Bertoldo Juckens.)

(Palmas)

Neste momento convido para receber também a Medalha de Cristal do Poder Legislativo de Santa Catarina o Excelentíssimo Sr. Prefeito Salézio Zimermann.

(É entregue a Medalha de Cristal ao Sr. Salézio Zimermann.)

Concedemos a palavra ao Sr. Prefeito Salézio Zimermann.

O SR. SALÉZIO ZIMERMANN - Excelentíssimo Sr. Deputado Gilmar Knaesel, digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Luiz Fernando Françalacci, digníssimo Diretor do Planejamento e Desenvolvimento Turístico da Santur, neste ato representando o excelentíssimo Sr. Governador do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Péricles Prade, digníssimo Prefeito em exercício do Município de Florianópolis;

Excelentíssimo Sr. Conselheiro Salomão Ribas Júnior, digníssimo Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Coronel Francisco de Assis Abrão, digníssimo Chefe-de-Estado-Maior da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, representando o Sr. General-Comandante;

Excelentíssimo Sr. Hans Prayon, digníssimo Cônsul honorário da república alemã em Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Vereador Francisco Rzatki, digníssimo representante da Câmara Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo Sr. Vereador Paulo Shveitzer, digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara;

Excelentíssimo Sr. Jorge Wolfgang Globig, digníssimo Presidente da Federação dos Centros de Cultura Alemã do Brasil;

Excelentíssimo Sr. Deputado Pedro Uczai, Segundo Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, neste ato secretariando a Mesa, demais autoridades aqui presentes, Srs. Deputados, Sra. Deputada, conterrâneos de São Pedro de Alcântara, amigos e simpatizantes;

(Passa a ler)

"Quem lhes fala desta tribuna é um dos homens mais privilegiados do mundo. Deus me deu o privilégio de nascer em solo catarinense, de ser natural de São Pedro de Alcântara, de ser descendente direto dos primeiros colonizadores alemães de Santa Catarina e de ser o primeiro Prefeito eleito no Município de São Pedro de Alcântara.

Porém, antes de todos esses privilégios, devo confessar que sofro na carne ainda o que os meus antepassados sofreram quando foram abandonadas à sua própria sorte, sem nenhuma proteção, nos altos das encarpadas montanhas da localidade de São Pedro de Alcântara, onde conviveram com toda a diversidade, como índios, animais ferozes, além de doenças e enfermidades, sem os mínimos recursos de cura!

Aproveito esta oportunidade para descrever uma das cartas que foi escrita por um visitante ocasional daquela região nos idos de 1839, muito embora tenha sido um grande entusiasta da colônia de São Pedro de Alcântara. Dizia ele:

"(...) de sorte que assim se fez todo o possível para reduzir esta desgraçada gente, no meio de uma terra inhospita, para onde vieram atraídas pelas mais brilhantes promessas, à dura alternativa de ou desertarem, abandonando suas mulheres e filhos à desesperação e à miséria, ou sucumbirem todos vítimas da mesma miséria, privações e fome.

Contudo, muito poucos desanimaram; eles se lançam avidamente ao trabalho, aos rigores do tempo, à rudeza selvática do país. Nada pode empecê-los, os homens, mulheres, crianças, tudo trabalha com o maior acerto e a mais assidua distribuição de serviços. Enquanto os mais robustos derrubam e queimam matas e plantam as terras, os outros e as crianças cuidam da construção de suas casas, tecem os tetos de palha para as cobrir, tratam de toda a economia doméstica. E assim, como por encanto, no curto prazo de seis meses, aparece um espaço de três léguas de comprimento - 18 quilômetros - sobre 200 braças de largura - 440 metros -, convertido de sertão bárbaro e intransitável em terreno coberto de seara de milho, trigo e legumes e todas as plantas do país, e outras cujas sementes trouxeram da Europa, assim como povoadas as pequenas e cômodas habitações edificadas com uma facilidade verdadeiramente pasmosa."

Quem assim descrevia a vontade férrea daquela gente honrada, trabalhadora e progressista era ninguém menos do que o presidente da província Miguel de Sousa Mello e Alvim!

Em 1833, quatro anos após a chegada dos colonizadores alemães em São Pedro de Alcântara, foi criada no dia 1º de março a Vila de São José, até então simplesmente uma freguesia!

Até a presente data, não sabemos de onde se emanciparam os Municípios de Bom Retiro, Palhoça, Rancho Queimado, Ituporanga, Alfredo Wagner, Petrolândia, Leoberto Leal, Imbuia, Vidal Ramos, Paulo Lopes, Garopaba, São Bonifácio e outros que tiveram origem por estes já citados, pois São Pedro de Alcântara, quando sua

freguesia foi criada em 1844, fazia divisa com a Vila de Lages, a qual pertencia à capitania de São Paulo, que não era território catarinense e sim paulista!

Como as divisas da freguesia estavam definidas entre São Miguel, sertão de Maruí, Taquaral e Vila de Lages, foi fácil de ser compreendida a extensão territorial dessa freguesia em 1844!

Além desse território imenso, temos relatos históricos de grande relevo para o Estado de Santa Catarina.

Foi de São Pedro de Alcântara que 17 homens foram escolhidos para irem construir o ancoradouro onde aportaria o navio de Hermann Blumenau, na localidade que hoje é Município e Comarca de Gaspar. Isto em 1850!

Narrativas históricas nos levam a tomar conhecimento de que os primeiros colonizadores de Jaraguá do Sul, Brusque, Ibirama, Itajaí, Luiz Alves e outras cidades catarinenses saíram da nossa São Pedro de Alcântara, não com espírito aventureiro e sim de pioneiros!

Então, eu lhes pergunto, Srs. Deputados e amigos presentes: não é para se sentir privilegiado?

Agora, com a homenagem que esta Casa de Leis de Santa Catarina presta à nossa gente eu, como Prefeito do Município de São Pedro de Alcântara, primeira colônia alemã do Estado de Santa Catarina, representando todos os colonizadores que aportaram em 1828/1829, bem como todos os seus descendentes, faço questão de lembrar os nomes que fizeram história nesta bendita terra de Anita Garibaldi:

Família Schmidt, do ex-Governador Felipe Schmidt; família Müller, do ex-Governador Lauro Müller; família Bornhausen, do ex-Governador Irineu Bornhausen, Jorge Bornhausen e de um dos componentes desta Casa, Deputado Paulo Bornhausen; família Arns, de Dom Paulo Evaristo Arns, e uma gama enorme de desbravadores dos sertões catarinenses que, com suas serras, matas, rios, cachoeiras, animais selvagens, índios e enfermidades até então desconhecidas, não foram capazes de frear os ímpetos desses valerosos imigrantes que, pela primeira vez em Santa Catarina abriram suas tífis e caminhos, a cavalo, carroça ou mesmo a pé, fazendo parte integrante da história de nossa querida bela e próspera Santa Catarina!

Em nome de todos os alcantarenses, todos os imigrantes alemães, seus descendentes, nossos pais e nossos filhos recebemos esta homenagem, feita ao povo de nossa terra.

A esta Casa Legislativa, a nossa gratidão pela homenagem, pelo reconhecimento e pela lembrança da passagem dos 170 anos de existência de nossos colonizadores.

Que Deus abençoe a todos!"

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Esta Presidência concede a palavra ao Dr. Hans Prayon, Cônsul Honorário da República Federal da Alemanha em Santa Catarina.

O SR. HANS PRAYON - Excelentíssimo Sr. Deputado Gilmar Knaesel, digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em seu nome, permito-me saudar todas as autoridades que embelezam, que honram, que dignificam este dia tão importante para a colonização, iniciada há 170 anos em Santa Catarina. Quero saudar, também, os cidadãos jovens da cidade de São Pedro de Alcântara.

Muito me honra o gentil convite de trazer os cumprimentos da República Federal da Alemanha para os nobres Deputados e demais convidados para esta solenidade na Assembléia Legislativa de Santa Catarina e quero, em nome do país que eu represento e também em nome da excelentíssima Cônsul-Geral da Alemanha em Curitiba, saudar a cidade e o povo de São Pedro de Alcântara, a primeira colônia de imigrantes alemães em Santa Catarina.

Todos nós sabemos das dificuldades e

aguras desses primeiros imigrantes, que, mais tarde, deram origem a tantas outras colônias nos vales do Cubatão, às margens do Rio Itajaí, do Rio Tubarão, no vale do Araranguá e outros.

Hoje, muitas dessas antigas colônias são exemplos de imigração bem sucedida, de cidades prósperas. As duras lições vividas pelos desbravadores alemães em solo catarinense foram aprendidas pelos nossos antepassados.

Com muita honra, gratidão e alegria lembro-me dos belos festejos do sesquicentenário de São Pedro de Alcântara, em 1979, quando tive a honra de lá representar a velha pátria dos cidadãos desta cidade.

Quero, pois, saudar as autoridades e todos os cidadãos de São Pedro de Alcântara pela passagem de mais um marco de sua existência.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Neste momento, convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino de São Pedro de Alcântara, que será cantado pela Associação Coral do Município e executado pela Banda da Polícia Militar de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do Hino de São Pedro de Alcântara.)

Excelentíssimo Sr. Luiz Fernando Francalacci, digníssimo Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Turístico da Santur, neste ato representando o excelentíssimo Sr. Governador do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Péricles Prade, digníssimo Prefeito Municipal de Florianópolis em exercício;

Excelentíssimo Sr. Conselheiro Salomão Ribas Júnior, digníssimo Presidente do Tribunal de Contas do Estado;

Excelentíssimo Sr. Coronel Francisco de Assis Abrão, digníssimo Chefe-do-Estado-Maior da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, neste ato, representando o Sr. General-Comandante;

Excelentíssimo Sr. Hans Prayon, digníssimo Consul Honorário da República Alemã em Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Salézio Zimermann, digníssimo Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara;

Excelentíssimo Vereador Francisco Rzatki, digníssimo representante da Câmara Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo Sr. Vereador Paulo Schweitzer, digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara;

Excelentíssimo Sr. Jorge Wolfgang Globig, digníssimo Presidente da Federação dos Centros de Cultura Alemã no Brasil;

Excelentíssimo Sr. Deputado Pedro Uczai, digníssimo Segundo Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, neste ato secretariando a nossa sessão solene;

Sras. Deputadas;

Srs. Deputados;

Autoridades nominadas anteriormente pelo cerimonial;

Catarinenses;

Amigos de São Pedro de Alcântara que prestigiam a nossa sessão solene.

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina realiza esta sessão solene em homenagem e tributo aos imigrantes alemães pioneiros, que aqui chegaram há 170 para temperar a raça da gente que povoa este Estado.

Se hoje nos orgulhamos de ser uma terra de gente trabalhadora, perseverante e obstinada, que constrói uma sociedade modelo, invejada por outras Unidades da Federação, devemos render nossa gratidão a essas poucas centenas de pessoas.

Empobrecidos e espoliados por uma Europa que sofria profundas transformações, esses imigrantes foram seduzidos pelas promessas do Governo brasileiro e por espertos que faziam das correntes migratórias um negócio sem escrúpulos e lucrativo.

Depois de uma longa e penosa viagem, essas primeiras famílias de alemães chegaram a Florianópolis e aqui, alojadas precariamente, ficaram por longo tempo aguardando que o Governo definisse o local onde seriam assentadas.

O critério dessa escolha não era o melhor terreno, o melhor solo, mas, sim, uma posição militar estratégica de ocupação do território, então inóspito.

O não-cumprimento das promessas do Governo implicava em sacrifícios, miséria, doenças e até mortes.

Tão logo chegaram às terras prometidas, cobertas de florestas e com relevo desfavorável, os nossos primeiros imigrantes regaram o solo com suor e lançaram as sementes de uma nova sociedade, esta que nos legaram.

Seria impossível todos os primeiros imigrantes sobreviverem no local em que fundaram São Pedro de Alcântara. Muitos procuraram melhores condições em outras partes do Estado.

Mas os que ficaram no primeiro sítio edificaram ali uma comunidade, que só há poucos anos conquistou a condição de Município, numa demonstração de que o terreno em que foram assentados os primeiros imigrantes não reunia condições para a expansão.

Entretanto, os descendentes desses primeiros imigrantes se espalharam e espalharam sua obra por todas as áreas territoriais e na atividade humana em toda Santa Catarina. Os sobrenomes que herdaram são o testemunho dessa saga em nossos dias.

O marco inicial está lá, uma pequena cidade, um Município com pouco mais de três mil habitantes, um verdadeiro jardim, que em nada lembra a terra difícil e hostil de 170 anos atrás.

Anos depois, chegou uma leva de imigrantes alemães, italianos, poloneses, austríacos, que enfrentaram muitas dificuldades, sofreram, mas nenhum mais do que aqueles que

pagaram o preço do pioneirismo, os quais hoje são alvo da nossa homenagem e gratidão.

Senhoras e senhores, com experiências heróicas como a história de São Pedro de Alcântara, os catarinenses aprenderam que a sociedade avança com o seu próprio trabalho. Aprendemos que com o esforço coletivo é possível superar as dificuldades, mesmo que o Estado ou o Governo não cumpra a sua parte.

Santa Catarina também avança com seus governos, ou apesar deles. A trajetória de vida dos primeiros imigrantes continua sendo seguida pelos seus descendentes: com trabalho e perseverança superamos os obstáculos.

Os descendentes dos imigrantes também cultivam hábitos, costumes; preservam e incorporam na cultura catarinense a música, a dança, o traje (aqui tão bem representado), a comida e bebida típicas, a alegria das nossas festas, idealizadas para mostrar os nossos costumes, como, por exemplo, a Oktoberfest, só superada no mundo pela similar realizada em Munich. Portanto, mostram que, em Santa Catarina, as nossas tradições, a nossa cultura e a nossa história não são esquecidas, mas preservadas.

Este Deputado, que também é descendente de germânicos e que ouviu dos avós histórias das dificuldades vividas pelos que aqui chegaram para construir um mundo novo, distante das mazelas vividas na Europa, sente-se muito honrado em prestar também esta homenagem aos pioneiros da imigração e congratula-se com todos os catarinenses pelo exemplo e legado que recebemos de nossos ancestrais.

Parabéns, São Pedro de Alcântara! Escreveste para a nossa história páginas de glória, de trabalho e de amor, como diz o hino.

Parabéns, Santa Catarina!

E muito obrigado por participarem desta sessão solene.

(Palmas)

Neste momento, convidamos a todos os presentes para, de pé, ouvirmos a execução do Hino do Estado de Santa Catarina, que será executado pela Banda da Polícia Militar do Estado.

(Procede-se à execução do Hino do Estado de Santa Catarina.)

(Palmas)

Esta Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa, das demais autoridades e convidados, do Coral de São Pedro de Alcântara, da Banda da Polícia Militar de Santa Catarina, convidando-os para participarem das atividades culturais que serão apresentadas no *hall* da Assembléia Legislativa logo após o encerramento desta sessão.

Antes de encerrarmos a presente sessão, convocamos outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA DIRETORA

### RESOLUÇÃO

#### RESOLUÇÃO Nº 533/99

Fixa o limite máximo da remuneração dos servidores do Poder Legislativo.

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de prerrogativas que lhe concede o inciso II do seu artigo 23 da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º Enquanto não forem disciplinados o inciso XI do artigo 37 e parágrafo 4º do artigo 39, ambos da Constituição Federal, com a redação que lhes deram os artigos 3º e 5º, respectivamente, da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, o limite máximo da remuneração dos servidores ativos e inativos do Poder Legislativo é o da remuneração do Deputado Estadual, no mesmo período, recebida em espécie a qualquer título.

Parágrafo único. São excluídos do limite a que se refere o "caput" deste artigo o adicional por tempo de serviço, um terço adicional remunerado das férias, a gratificação natalina e o salário família.

Art. 2º Em nenhuma hipótese a soma dos valores a que alude o artigo anterior poderá ser superior ao valor da remuneração percebida por Ministro do Supremo Tribunal Federal, excluída a verba eleitoral.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de março de 1999.

Art. 4º Revogam-se a Resolução nº 513/99, de 16 de março de 1999, e demais disposições em contrário.

Palácio Barriga-Verde, 25 de março de 1999.

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**PUBLICAÇÕES DIVERSAS****MENSAGEM GOVERNAMENTAL****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 035/99**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Tramita nesse egrégio Poder Legislativo o Projeto de Lei nº 007/99, de origem governamental, encaminhado através da Mensagem nº 022, de 22 de fevereiro de 1999, que "Altera dispositivo da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, e dá outras providências".

Por solicitação dos Secretários de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento Econômico e Integração ao MERCOSUL, que desejam rever o conteúdo técnico do projeto conforme exposição de motivos em anexo, solicito, respeitosamente, seja ele retirado de pauta e, em decorrência, encerrada sua tramitação legislativa.

Palácio Santa Catarina, 22 de março de 1999.

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 24/03/99*

**Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao MERCOSUL**

Florianópolis, 10 de março de 1999

Dos: Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao MERCOSUL e Secretário de Estado da Fazenda

Ao: Governador do Estado

Dr. ESPERIDIÃO AMIN

**Exposição de Motivos SDE Nº 021/99**

Senhor Governador

Com nossos cumprimentos, vimos sugerir a V. Exa. a retirada do Projeto de Lei nº 007/99, que tramita na Assembléia Legislativa do Estado, pelas razões a seguir apontadas.

- 1 - O Projeto de Lei nº 007/99 altera dispositivos da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1976, e revoga o artigo 7º da Lei nº 10.475, de 18 de agosto de 1977, e os artigos 31 e 40 da Lei nº 10.789, de 2 de julho de 1998.
- 2 - O artigo 4º do Projeto revoga o benefício dado às empresas apoiadas pelo PRODEC de se creditarem, em "conta gráfica", do valor correspondente ao incentivo recebido, mediante regime especial concedido pela Secretaria de Estado da Fazenda. A prática de crédito em "conta gráfica" tem sido a principal vantagem que o PRODEC oferece em relação aos incentivos do gênero concedidos por outros estados da Federação.
- 3 - A retirada do Projeto se faz necessária para a inclusão de dispositivo que assegure esse benefício, bem como para a alteração de outros aspectos relevantes da legislação do PRODEC - que estão sendo examinados em conjunto por esta Secretaria e pela Secretaria de Estado da Fazenda, com o objetivo de consolidá-los numa única lei.

Atenciosamente

**Paulo Gouvêa da Costa**

Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul

**Antônio Carlos Vieira**

Secretário de Estado da Fazenda

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO****OFÍCIO Nº 012/99****PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

Florianópolis, 8 de março de 1999.

Ofício PGE/GAB nº 586/99

Exmo. Sr.

Dep. GILMAR KNAESEL

Presidente da Assembléia Legislativa

Pça. da Bandeira - Centro

88.020-180 - FPOIS-SC

Senhor Presidente,

Tendo em vista o disposto no art. 1º, § 2º da Lei Complementar nº 56, de 29.06.92, bem como no art. 14 do Decreto nº 2.287, de 04.08.92, encaminho a V. Exa. os documentos relativos às

atividades administrativas e financeiras do FUNJURE - Fundo Especial de Estudos Jurídicos e Reaparelhamento da Procuradoria-Geral do Estado, no exercício de 1998, incluídas cópias de autorizações, balanço, balancetes mês a mês.

Cordialmente,

**WALTER ZIGELLI**

Procurador-Geral do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 24/03/99*

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE EMENDA  
CONSTITUCIONAL****PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 004/99**

**Acrescenta parágrafo ao artigo 42 da  
Constituição do Estado de Santa Catarina.**

**Art. 1º** O artigo 42 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual e os subsequentes:

"Art. 42 ...

...

"§ 2º A anuência do Parlamentar em ser processado criminalmente suprirá a autorização do Plenário quando a imputação não se relacionar ao exercício do mandato.

..."

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

**DEPUTADO IVO KONELL**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 24/03/99*

**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Emenda Constitucional tem por finalidade repor ao fórum de discussão e deliberação deste Parlamento os reais contornos do instituto da imunidade parlamentar.

Cumpra realçar que iniciativas anteriores versando sobre a matéria restaram indecisas em razão da complexidade do tema e da necessidade de se guardar simetria com o texto preconizado na Constituição Federal.

Em razão de dúvidas suscitadas na apreciação de proposta de Emenda Constitucional que tramitou no decorrer da 13ª Legislatura, que teve como primeiro autor o então Deputado João Henrique Blasi, esta Assembléia não conseguiu uniformizar o entendimento sobre licenças para processar criminalmente parlamentares, permanecendo em vigor a prática de se obstruir todos os pedidos.

Não obstante esses precedentes sistematicamente adotados, é necessário convir que o instituto da imunidade tem sido interpretado no âmbito dos parlamentos com elasticidade a ponto de assegurar, além do que seria a imunidade criminal nos casos de imputação de crimes comuns, transformando o Deputado num cidadão acima da lei.

Na contramão, fora dos parlamentos, é corrente a interpretação de que a imunidade parlamentar deve assegurar a liberdade e a inviolabilidade das opiniões, palavras, votos e ações decorrentes do mandato e não ser confundida com impunidade.

Desta forma, o presente Projeto de Emenda Constitucional visa a evitar que a imunidade - prerrogativa específica de defesa da liberdade e da inviolabilidade do mandato - não se perenize como impunidade - que é a ausência de punição ou falta de sanção, pois este Poder, em face de sua missão institucional de gerador de leis e fiscalizador das ações de governo estatal, não pode mais coonestar com esse pretensão privilegiado.

Assim é que se busca, acrescentando ao texto constitucional a oportunidade de submeter-se à condição de cidadão, evoluir a configuração do instituto da imunidade numa prerrogativa eminentemente parlamentar.

É de se realçar, contudo, que o dispositivo sugerido, contrariamente ao texto anteriormente proposto, não obriga que o parlamentar seja processado, pois mantém integralmente a competência da Assembléia, mormente quando se tratar de crimes decorrentes do mandato.

Reconhecemos que a nossa proposta é apenas uma semente, e, para que ela germine, cresça e dê frutos, é indispensável que os Senhores Deputados, cientes de sua efetiva missão, contribuam de forma altruística, tal como espera a sociedade que representam.

É com essa convicção que submetemos a presente proposta aos demais Pares desta Casa, que, ao ser apreciada, poderá ser ampliada e melhorada.

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETOS DE LEI

### PROJETO DE LEI Nº 033/99

*Denomina "Rodovia João Roesler" o trecho da SCT-280 - Km 0,00 ao Km 04 -, em São Bento do Sul.*

**Art. 1º** - Fica denominada "Rodovia João Roesler", o trecho da SCT-280, - Km 0,00 ao Km 04 -, em São Bento do Sul.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, em 18 de março de 1999.

Deputado RENO CARAMORI

*Lido no Expediente*

*Sessão de 18/03/99*

#### JUSTIFICATIVA

A proposição, através de Projeto de Lei, que submetemos à apreciação e aprovação dos nobres Deputados tem por objetivo homenagear um cidadão exemplar. João Roesler, prestou inúmeros serviços à comunidade de São Bento do Sul, através da sua liderança, da sua criatividade, ações estas que receberam a continuidade na atuação da esposa e filhos.

Participou ativamente das atividades sociais, principalmente do bairro de Serra Alta, local por onde passa a Rodovia, que pretende-se denominar.

A Rodovia São Bento/Corupá - SCT-280 - foi denominada "Rodovia Carlos Zipperer Sobrinho", através da Lei nº 9.235 de 21/09/93.

Entretanto com a conclusão do contorno, a Rodovia segue agora diretamente para Rio Negrinho, sem adentrar na cidade de São Bento do Sul. O trecho de 04 Km, objeto do presente Projeto de Lei, inicia no Km 0,00 da Rodovia (ou seja no início do contorno, até o Bairro de Serra Alta). Este trecho portanto, não pertence mais à SCT-280, tendo em vista a alteração da estrada.

Em anexo "Curriculum Vitae" do homenageado, Projeto de Lei Municipal e Parecer Técnico do 17º Distrito do DER/SC, de São Bento do Sul.

Estes são os motivos pelos quais solicitamos a acolhida desta proposição.

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETO DE LEI Nº 034/99

#### GABINETE DO GOVERNADOR

#### MENSAGEM Nº 034

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos conjunta da lavra do Procurador Geral do Estado e dos Secretários de Estado da Administração e da Fazenda, o projeto de lei que "Dispõe sobre a isenção da contribuição previdenciária dos servidores públicos ativos, e dá outras providências".

Palácio Santa Catarina, 17 de março de 1999

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 24/03/99*

#### PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

#### Exposição de Motivos nº 006/99

Florianópolis, 17 de março de 1999

#### Excelentíssimo Senhor Governador

Temos a honra de submeter a alta consideração de Vossa Excelência o incluso Projeto de Lei que trata da chamada isenção do pagamento da contribuição previdenciária daqueles que, na data da promulgação da Emenda Constitucional nº 20, já contavam com o tempo de serviço suficiente a aposentadoria integral.

Quis o constituinte derivado, parece claro, preservar o direito adquirido a inativação nos moldes da regra antiga, outorgando aos que permanecessem trabalhando o benefício da isenção da verba previdenciária.

A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, está assim grafada:

**"Art. 3. E assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores públicos e aos segurados do regime geral da previdência social, bem como aos seus dependentes, que, até a data da publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação que então vigente. O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria integral e que opte por permanecer em atividade fará jus a isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 1º, III, a, da Constituição Federal." (grifou-se)**

Como se constata na sua simples leitura, o comando constitucional não discrimina o tipo de servidor público beneficiado, sendo lícito deduzir sua aplicação tanto a nível federal, estadual e municipal, quanto aos civis e militares.

Desta conclusão não advém, parece, qualquer controvérsia.

Quanto a aplicação da Emenda Constitucional, apesar da polêmica que já se forma em torno da matéria, igualmente parece que a melhor doutrina sinaliza para a sua aplicabilidade imediata, independentemente de lei regulamentadora.

O comando - a isenção - decorre linear do corpo do artigo, não se inferindo qualquer disciplinamento que pudesse condicionar sua imediata observância pela Administração Pública.

Tanto que, como exemplo eloquente, o Tribunal Regional do Trabalho, da 12ª Região, com sede em Florianópolis (vide documento anexo), já determinou administrativamente sua imediata aplicação a magistrados e servidores.

No mesmo sentido, frise-se, o entendimento do senhor Ministro da Previdência, que ainda em dezembro passado baixou Portaria (anexa) determinando, no âmbito de sua jurisdição administrativa, a imediata aplicação da E. C. nº 20/98.

Todavia, para tornar inútil definitivamente a polêmica (se auto-aplicável ou não), sobreveio em 28 de janeiro de 1999 a Lei nº 9.783, que em seu artigo 4º determina, a nível federal, o seguinte:

**"O servidor público civil ativo que permanecer em atividade após completar as exigências para a aposentadoria voluntária integral nas condições previstas no art. 40 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, ou nas condições previstas no art. 8º da referida Emenda, fará jus à isenção da contribuição previdenciária até a data da publicação da concessão de sua aposentadoria, voluntária ou compulsória."**

E não menos imediatamente a Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio, do Ministério do Orçamento e Gestão, expediu instrução nominativa (SEAP nº 01/99 - anexa) orientando a aplicação da *supra* citada lei no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal nos seguintes termos:

**"Art. 1º. O servidor que, após completar os requisitos para aposentadoria voluntária integral, permanecer em exercício, ficará isento de contribuição social até a data da publicação da concessão de sua aposentadoria, voluntária ou compulsória, nos termos do art. 4º da Lei nº 9.783, de 29 de janeiro de 1999."**

Portanto, a E. C. nº 20/98 está sendo incondicionalmente aplicada em nível federal.

No Estado de Santa Catarina, todavia, nenhum diploma regulou a matéria, estando carente então de um que discipline a aplicação da Emenda Constitucional nº 20/98.

E assim se conclui que outra não pode ser a fórmula senão seguir os passos da legislação federal, reeditando, aqui os mesmos termos.

Dai a presente proposição.

Walter Zigelli

Procurador Geral do Estado

Ubiratan Simões Rezende

Secretário de Estado da Administração

Antônio Carlos Vieira

Secretário de Estado da Fazenda

#### PROJETO DE LEI Nº 034/99

Dispõe sobre a isenção da contribuição previdenciária dos servidores públicos ativos, e dá outras providências.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O servidor público, civil e militar, que após completar os requisitos para aposentadoria voluntária integral permanecer em exercício, ficará isento de contribuição previdenciária até a data da publicação da concessão de sua aposentadoria, voluntária ou compulsória, nos termos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 035/99

Dispõe a regulamentação da tradição açoriana conhecida como "Farra do Boi" em Território Catarinense e dá outras providências

**Art. 1º** - A "Farra do Boi" no Estado de Santa Catarina poderá ser realizada, desde que não haja tratamento cruel com o animal e não perturbe a ordem pública na forma do dispositivo na presente Lei.

**Art. 2º** - A prática da "Farra do Boi" dependerá, sempre, de comunicação a autoridade policial, em que se indicará o local, horário e responsável pela sua realização.

**Parágrafo 1º** - A comunicação de que trata este artigo poderá ser feita através de pessoas físicas, jurídicas, clubes recreativos, associações desportivas e culturais e entidades filantrópicas, mediante assinatura de termo de responsabilização pela guarda e integridade física ao animal.

**Parágrafo 2º** - As manifestações não poderão ser efetuadas em áreas urbanas, em logradouros públicos ou terrenos baldios desprovidos de cercas apropriadas, nem em período noturno, exceto quando em locais que possuam energia elétrica.

**Parágrafo 3º** - O organizador do evento local será responsabilizado pelos danos materiais e pessoais causados em decorrência das "brincadeiras" da farra.

**Art. 3º** - Salvo por determinação expressa da autoridade competente, os animais utilizados nas exposições somente poderão ser abatidos após transcorridas 48 horas, no mínimo, de seu encerramento.

**Art. 4º** - A Secretaria de Estado da Segurança Pública adotar os atos necessários à observância da presente Lei, e sua execução, no prazo de 90 dias da sua publicação.

**Parágrafo único** - A atribuição referida neste artigo poderá ser efetuada através de convênios com Prefeituras Municipais ou outros Órgãos Públicos ou Privados, na forma da Lei.

**Art. 5º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1999.

**DEPUTADO ADELOR VIEIRA**

**4º Secretário**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 24/03/99*

#### JUSTIFICATIVA

"Senhor, tu conservas os homens e os animais."

"Quão preciosa é o Deus, a tua benignidade, e por isso os filhos dos homens se abrigam à sombra das tuas asas." Salmos 36.6-7

"Há caminho, que parece direito ao homem, mas o seu fim são caminhos de morte." Provérbios 16.25

"O justo olha pela vida dos seus animais, mas as misericórdias dos ímpios são cruéis." Provérbios 12.10

Todos os anos a Imprensa Nacional e Internacional abre espaços para registrar cenas cruentes, com imagens de violência praticadas em Santa Catarina pelos praticantes da Farra do Boi.

A justificativa de que nas Farras de Boi não há qualquer ato de violência com os animais é pura falácia, pois os sofrimentos pelos quais passam os animais desde pedradas, pauladas, sarrafadas e atropelos, gritos e apupos vão desde o amanhecer do dia até o sacrifício mortal do boi.

A Farra do Boi, nada mais é do que um ato de covardia contra o animal indefeso, caracterizando-se por atos de desamor, barbarismo e a crueldade para com os mesmos.

A Farra do Boi contabiliza saldos negativos, embora não com tanta ênfase pela imprensa nacional.

Como houve casos de violências gravíssimas contra pessoas e animais, muitas pessoas foram feridas, propriedades foram danificadas, Igrejas foram invadidas por animais, houve pessoas que se agrediram mutuamente, provando mais uma vez que a tradicional Farra do Boi chegou a um ponto tal, que precisa ser regulamentada. Não se pode mais admitir que em pleno século XX se pratique tanta violência contra os animais.

Ninguém consegue fazer um boi ficar furioso a ponto de correr-lhe em seu encalço sem bater no animal, gritar, assustar ou praticar qualquer outro ato de selvageria.

Por esta razão e por tantas outras que são de conhecimento público notório é que julgo oportuno a regulamentação da Farra do Boi em Santa Catarina, nos moldes e conforme vem sendo praticada até então.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 036/99

**Declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio a Criança e ao Adolescente - CEACA, de Capivari de Baixo**

**Art. 1º** - Fica declarado de Utilidade Pública o "Centro de Apoio a Criança e ao Adolescente", com sede no Município de Capivari de Baixo e foro na Comarca de Tubarão.

**Art. 2º** - A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

**Deputado JOARES PONTICELLI**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 24/03/99*

#### JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente e demais membros da Egrégia Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Tomo a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que visa declarar de Utilidade Pública o Centro de Apoio a Criança e ao Adolescente - CEACA -, do Município de Capivari de Baixo, atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade que presta relevantes serviços à comunidade na área de assistência social, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 037/99

**DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CENTRO ECUMÊNICO DE ESTUDOS - CEE**

**Art. 1º** - Fica declarado de utilidade pública a entidade CENTRO ECONÔMICO DE ESTUDOS - CEE, com sede em Florianópolis, à Rua D. Antonio Alves, 144, Itaguai e Foro na Comarca de Florianópolis, SC.

**Art. 2º** - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

**Art. 3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19 de Março de 1999

**Deputado JOÃO ITAMAR DA SILVEIRA**

**- JOÃO DA BEGA -**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 24/03/99*

#### JUSTIFICATIVA

O Centro Ecumênico de Estudos - CEE, é uma entidade que tem por finalidade promover o diálogo e o entrosamento das religiões, abrangendo a problemática ECUMÊNICA em todos os seus aspectos, articulando as diversas confissões religiosas e representá-las junto aos órgãos oficiais e extra-oficiais e buscar a unidade na diversidade, evitando o proselitismo.

A entidade é sem fins lucrativos e, portanto, solicitamos dos nobres colegas a aprovação do presente Projeto de Lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETO DE RESOLUÇÃO

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/99

**Altera Artigos da Resolução N.º 47/89, Regimento Interno e dá outras providências.**

**Art. 1º** - O Parágrafo 3º do art. 11, e os arts. 93, 107 e Parágrafo Único, e 262, da Resolução n.º 47/89, passam a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 11** - .....

**Parágrafo 3º** - Os membros da Mesa não poderão fazer parte de liderança nem de Comissão Permanente.

**Art. 93** - O Presidente concederá a palavra aos Deputados inscritos ou que solicitaram para falar sobre assuntos de livre escolha, cabendo a cada um 10 (dez) minutos, prorrogáveis por mais dez, a pedido do orador.

**Art. 107** - Finda a Legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Assembléia Legislativa e se encontrem em tramitação, salvo as:

**I** - com pareceres favoráveis de todas as Comissões;

**II** - já aprovadas em primeiro, segundo ou turno único;

**III** - de iniciativa popular;

**IV** - de iniciativa de outro poder ou do Procurador Geral de Justiça.

**Parágrafo Único** - A proposição poderá ser desarquivada dentro dos primeiros 180 (cento e oitenta) dias da primeira Sessão Legislativa da legislatura subsequente:

**I** - Mediante requerimento do autor, ou autores;

**II** - Mediante requerimento da Bancada a que pertencia o proponente;

**III** - Mediante requerimento de qualquer parlamentar no caso de não haver ocorrido reeleição do proponente.

**Art. 262** - O Deputado que se desvincular de sua bancada perde para efeitos regimentais, o direito a cargos e funções que ocupar em razão dela."

**Art. 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de Março de 1999.

**DEPUTADO ADELOR VIEIRA**

**4º Secretário**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 24/03/99*

#### JUSTIFICATIVA

Apresentamos este Projeto de Resolução, para alterar a redação de vários Artigos do Regimento Interno para compatibilizar com a realidade que se vive no momento.

No caso do Parágrafo 3º do Art. 11 não vemos nenhum impedimento em que o membro da Mesa participe de Comissões Temporárias. Nas Comissões Permanentes se justifica a não participação, pois, já é membro da Comissão maior que é a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa.

Quanto ao art. 93 entendemos que os pronunciamentos feitos no horário das explicações pessoais pode ser reduzido a 10 (dez) minutos prorrogáveis por mais 10, dando assim oportunidade para que mais oradores possam usar da palavra neste horário.

Ao Art. 107 propomos nova redação para que se normalize de uma forma mais viável e organizada, no que se refere ao arquivamento e desarquivamento dos processos em tramitação na Assembléia Legislativa.

De uma forma mais racional entendemos que esta modificação, os trabalhos do legislativo mesmo transpondo a barreira de uma Legislatura a outra, eliminando o problema de algum projeto de interesse público deixa de tramitar em virtude de mudança de Governo.

O Art. 262 deve ser alterada a sua redação, pois o mesmo confronta com o Parágrafo 2º do art. 8º deste Regimento Interno.

Se torna necessário a sua alteração para eliminar a dupla interpretação que na redação atual se configura.

Desta forma solicitamos o apoio para aprovação do presente Projeto de Resolução que só vem para melhorar o entendimento interpretativo do nosso Regimento Interno.

\*\*\* X X X \*\*\*